

SESSÕES DO PLENÁRIO

12ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de março de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. ROBERTO CARLOS

2º SECRETÁRIO: DEP. CAPITÃO TADEU *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão. Solicito ao Sr. 1º Secretário, deputado Roberto Carlos, ler o expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Roberto Carlos, faz a leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Marizete Pereira, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 19/02 e 09/03/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Javier Alfaya, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 03, 04 e 05/03/2009, devido a licença médica, consoante atestado médico em anexo.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, graças a um acordo entre a Maioria e a Minoria, com a participação magistrada de V.Ex^a, a Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos permaneceu com a Minoria e a Comissão de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico ficou com o PR, acordo referendando também pelo digníssimo Líder do PR, deputado Pedro Alcântara.

Então, gostaria de solicitar, inclusive ao nosso nobre secretário da Mesa – está chegando nosso Líder da Maioria –, um acordo para que o deputado Ivo de Assis seja declarado titular e possa estar na comissão amanhã. Estamos de acordo com este ato, tenho certeza de que o deputado Waldenor e o deputado Pedro, também.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, para isso é preciso um acordo de Lideranças. V.Ex^a está propondo. Se o deputado Waldenor disser que concorda e disser quem o deputado Ivo vai substituir, nós o consideraremos da comissão por acordo de lideranças, mas por norma tem que ser publicado no *Diário Oficial*.

Deputado Waldenor, deixe-me explicar o que o deputado Heraldo está propondo. Tendo em vista que foi feito um acordo entre V.Ex^{as}, para que o deputado Ivo vá para a presidência da Comissão de Infraestrutura e a Oposição fique com a Comissão de Direitos Humanos, e como o deputado Ivo não é da Comissão de Infraestrutura, a Presidência defere um acordo de Lideranças e considera o deputado Ivo membro da comissão, permitindo que ele seja eleito hoje. É preciso que V.Ex^a concorde e me diga qual é o deputado que vai sair.

Pode até responder posteriormente, mas só poderei deferir se V.Ex^a disser quem é o deputado que vai sair.

O Sr. Waldenor Pereira:- Deputado Marcelo, desculpe pelo atraso...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, é que imaginei que eram 14h45min e, na verdade, eram 14h43min. Foi um equívoco nosso, mas começamos um pouco mais cedo. Na realidade, o horário é de 14h30min, com tolerância de 15 minutos. Mas, geralmente, começamos às 14h45min.

O Sr. Waldenor Pereira:- Queria apenas convidar o deputado Heraldo Rocha para que possamos, rapidamente, dar continuidade a nossa reunião da manhã, porque na verdade o acordo é mais amplo do que apenas essa decisão que envolve o deputado Ivo de Assis.

Nós poderíamos nos retirar, deputado Heraldo, eu, o senhor, o deputado Marcelo e o deputado Pedro Alcântara, para concluirmos nossos entendimentos iniciados pela manhã, que, tenho certeza, serão exitosos, para que em seguida tomemos essa decisão. É um conjunto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos fazer uma reunião, nós três, na sala aqui ao lado para fecharmos um acordo geral. Vou pedir ao deputado Eliedson para presidir a sessão para que possamos conversar os três.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, inicialmente queria saudar os fazendários, mais uma vez aqui presentes na expectativa da aprovação do projeto (Palmas) de modernização do Fisco. Seguramente, esse projeto será discutido e será votado, para que possamos, realmente, avançar rumo às nossas conquistas e à modernização, melhorando, portanto, o serviço público.

Daqui a pouco, no Grande Expediente, voltarei a falar sobre o tema.

Gostaria de registrar, Sr. Presidente, que se encontram na Assembléia Legislativa também acompanhando os trabalhos dos parlamentares os nossos camaradas Emanuel, prefeito de Rodelas, e Waltinho, prefeito de Heliópolis. São dois prefeitos do PCdoB, estavam no gabinete há pouco e continuam aqui. Faço uma saudação especial a esses dois prefeitos que, sem dúvida alguma, junto com os demais prefeitos do PCdoB, farão uma administração exitosa.

O nosso camarada Waltinho encontrou a cidade de Heliópolis destruída. Na realidade, há uma dívida de 6 milhões de reais. Várias construções que foram feitas de última hora estão desabando. Calcula-se que foram gastos mais de 1 milhão para essas construções que estão desabando. A Escola Dom Pedro I, no povoado de Serra dos Correios, feita recentemente, desabou. A Escola São Jerônimo, no povoado Viuveiro, desabou também, e outras escolas de lá estão sem condições de funcionamento porque estão desabando. As várias quadras que foram feitas não estão em condições de uso, não servem para a prática de esporte. Se o jogador chuta a bola, vai junto o piso da quadra ou, quando pisa na quadra, o piso afunda. Portanto, a situação de Heliópolis é caótica. São 6 milhões em dívidas, os prédios desabando, as quadras não servem para a prática de esporte. Essa é uma situação bastante grave. Vários outros colégios estão também para desabar, para cair. Há uma dívida de 6 milhões de reais.

O prefeito Waltinho vem fazendo um esforço muito grande, mesmo com uma arrecadação mínima, o Fundo de Participação dos Municípios, o FPM, é de apenas 500 mil reais e há uma dívida de 6 milhões. Vem recuperando vários poços artesianos, recuperando e reformando vários prédios, desenvolvendo uma política de reconstrução daquela cidade.

Queria aqui fazer esse registro. Já levamos ao governador a nossa reivindicação de recuperação da BA-393, que liga Heliópolis à BR-110. São apenas 17km e estão intransitáveis. Estamos na expectativa de que seja reconstruída. Sem dúvida alguma, o governador, que vem recuperando estradas na Bahia inteira,

desenvolve um trabalho muito bom de infraestrutura. Também vai recuperar essa BA-393, uma reivindicação do povo e dos prefeitos daquela região. A expectativa é a de que seja, de fato, recuperada essa BA-393. É uma reivindicação de todos nós.

Quero fazer aqui essas observações sobre a cidade de Heliópolis, administrada hoje por um comunista combativo, de luta, que está recuperando aquela cidade.

Quero saudar mais uma vez o nosso camarada Emanuel, de Rodelas. Os dois comunistas estão aqui neste momento acompanhando os trabalhos da Assembleia Legislativa da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Eliedson Ferreira):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, deputada Marizete Pereira, Srs. Deputados, pela primeira vez, em muitos, a Bahia está perdendo terreno no turismo, seja no aspecto nacional, seja no internacional. A Bahia que sempre ocupou o terceiro lugar em número de passageiros internacionais caiu para o quarto lugar perdendo para Porto Alegre. E perdemos também para Recife a posição de principal aeroporto do Norte e Nordeste do País.

Os dados da Infraero mostram que o aeroporto de Salvador teve uma queda no número de passageiros em pleno verão. No mês de janeiro deste ano, Salvador teve um movimento de 488.105 passageiros contra 631 mil no ano de 2007. E essa queda, infelizmente, não reflete uma tendência nacional, ao contrário, houve crescimento no número de passageiros nas principais capitais brasileiras. Recife que, em 2007, teve 455 mil passageiros, pulou para 513 mil em 2008; Fortaleza que teve uma movimentação de 363 mil passageiros, pulou para 405 mil; Natal também seguiu essa tendência. O crescimento também aconteceu em cidades de menor expressão como Teresina, João Pessoa e Maceió.

Entre 2007 e 2009, o fluxo de passageiros aumentou 14.82 no Nordeste puxado sobretudo pelo aeroporto de Recife com crescimento de 25.8%. E o aeroporto de Salvador teve uma queda de quase 28% no número de passageiros.

Mas isso não é de se estranhar, porque é um governo medíocre que foca na mudança do nome do aeroporto. Com o que é que Wagner, Leonelli e o restante da equipe do governo estão preocupados? Em mudar o nome do aeroporto, enquanto a Bahia perde todo ano posições no cenário nacional.

Perdemos, volto a dizer, para Recife que tem hoje o aeroporto mais importante do Norte e Nordeste. E no que diz respeito a passageiros internacionais, perdemos para a capital do Rio Grande do Sul que não tem nenhuma tradição no turismo.

Dizem que foi sugestão do secretário Domingos Leonelli a viagem de Wagner a Venezuela. Talvez, nessa viagem, além de aprender práticas ditatoriais com Hugo Chávez, Wagner irá trazer os venezuelanos para que Salvador recupere a sua posição. Lógico que isso não passa de uma simples brincadeira, porque, na verdade, o que

Wagner está fazendo na Venezuela é turismo nas Ilhas Margaridas, é isso o que ele faz, enquanto a Bahia perde posições, enquanto, pela primeira vez em décadas, a Bahia perde turistas. O aeroporto da Bahia que é a principal porta de entrada para turistas nacionais e estrangeiros, caminha a passos largos para perder posição não mais para Recife, deputado Isaac Cunha, mas para Fortaleza. Infelizmente, essa é a tragédia que se abate na Bahia. Enquanto estamos preocupados com isso, o governador em mais uma viagem de turismo está preocupado com a mudança do nome do aeroporto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Com a palavra o nobre deputado Heraldo Rocha pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, radiouvintes da Rádio Oposição, visitantes que nos honram com suas presenças, minhas senhoras e senhores, hoje vou continuar com esse tema sem ser chato, mas repetidas vezes porque o fato tem ocorrido e as famílias baianas estão ansiosas a respeito da situação da meningite.

É natural e faz parte dessa fase sazonal o aparecimento de casos de meningite meningocócica, que é uma meningite grave, muito grave. Já vi alguns casos, felizmente poucos casos. É uma meningite de uma disseminação muito rápida. Todos sabem que a meningite é uma infecção que atinge uma película que cobre o cérebro, que cobre a coluna, cobre o sistema nervoso. Quando ela é infectada determina um quadro grave com manifestações hemorrágicas, convulsão, febre alta, vômitos, inicia-se também com uma dor periorbitária, uma dor na nuca. Parece deputado Reinaldo Braga, que V.Ex^a está relembrando, V.Ex^a que foi um grande médico e que não esquece jamais os ensinamentos de Hipócrates. Na verdade, a meningite precisa ser combatida.

Hoje, eu ouvia, através da *Rádio Metrópole*, uma senhora, assistente social, fazer um apelo ao Exm^o Sr. Secretário da Saúde do Estado a respeito de uma vacina que só está sendo vendida numa clínica particular no valor de 150 a 180 reais. Ora, classe média, média baixa e classe pobre não têm condição de adquirir essa vacina. Então, ela apelava e eu aqui transmito o seu apelo desta tribuna ao Exm^o Sr. Governador em exercício, nosso ex-colega Dr. Edmundo, para que ele determine ao Exm^o Sr. Secretário da Saúde do Estado a aquisição, num mais breve espaço de tempo possível, desta vacina.

Outro dia me perguntavam: o que o senhor e a sua Bancada têm feito a respeito dessas viroses que estão acontecendo, cujas emergências dos hospitais particulares e públicos estão lotadas? Temos nos manifestado e hoje enviei um dossiê de todos os pronunciamentos que realizamos desde o ano passado pela Bancada de Oposição para o Exm^o Sr. Ministro da Saúde, já que para o Exm^o Sr. Secretário da Saúde do Estado ele não dá valor. Infelizmente, o Exm^o Sr. Secretário da Saúde, ao invés de fazer a política de saúde na Secretaria de Saúde, ele fica fazendo política

partidária. Com isso, ele se perde. Com isso, ele está se perdendo.

Em meu *site*, eu estou fazendo uma pesquisa sobre a saúde pública em nosso Estado e, em particular, no combate o dengue. Eu já mandei a minha assessoria retirar, porque há um bom índice de pessoas que estão afirmando pelo *site* que não está tendo uma política pública de combate à dengue por este governo. Houve aquela pirotecnia em Itabuna. Aquilo foi pirotecnia, ou seja, trazer o secretário de Saúde do Rio de Janeiro. Pirotecnia. Ele não sabe? Emérito professor formado em saúde pública não sabe como se combate a dengue? Precisa trazer um secretário de Saúde do Rio de Janeiro? Ora, a gente sabe que há medidas educativas e preventivas. Isso existe em qualquer livro e até pela Internet, pois basta acessar como curar a dengue que a Internet ensina. Não precisa trazer secretário de Saúde do Rio de Janeiro.

Portanto, eu quero dizer que continuo apelando ao governo do Estado e à área de saúde que integre todos os segmentos como as Secretarias de Educação, Transportes, Desenvolvimento Urbano para que se forme um grupo de trabalho específico para combater esta virose que está matando muito na Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Líder do governo anunciou hoje ao Líder de nosso partido e ao Líder da Oposição à disposição, deputado Luiz de Deus, de levar adiante a votação do projeto que cria a Controladoria Geral do Estado. Durante ano passado, ao tramitar na Comissão de Finanças e Orçamento, nós rejeitamos a aprovação da criação desta Controladoria. Hoje ela será submetida à Comissão de Educação e Serviço Público. Sendo rejeitada, será arquivada na comissão; sendo aprovada, virá à Plenário.

É mais uma tentativa de golpe do governador que passa uns dias – e não podia ser o lugar e o momento mais apropriados, deputado Luiz de Deus, o lugar onde o governador está – na Venezuela tomando aula com Hugo Chávez, aula de impor aos seus adversários o que sobra, impor uma legislação dura e uma auditoria constante em cima dos prefeitos.

Vejam, a Controladoria Geral do Estado – nos moldes em que está sendo criada – não se dispõe a investigar os atos do Estado que estão a, todo dia, demonstrar a inaptidão do governador para o cargo e a incompetência dos seus secretários. Hoje de manhã, eu tive a oportunidade de assistir a uma entrevista na *Rádio Metrópole* com o secretário da Fazenda, Sr. Carlos Martins, que admitiu publicamente e é réu confesso com o fato de que o Estado não cumpriu com a lei de responsabilidade fiscal ao mandar cancelar empenhos já liquidados de obras que já tinham sido efetivadas, medidas, liquidadas e prontas na Secretaria da Fazenda apenas para serem pagas aos fornecedores.

Assim, transformou os restos a pagar em despesas de exercícios anteriores apenas para mascarar a inaptidão, a falta de competência do governador e do seu

secretário da Fazenda que é irresponsável fiscal, porque gastou mais do que arrecada e teve de cancelar empenhos já prontos para serem pagos. E para poder mascarar, deputado Luiz de Deus, o não cumprimento de metas da Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo prejudica uma série de fornecedores, uma série de empreiteiros, transformando créditos líquidos e certos em despesas de exercícios anteriores.

E o que diz a Lei nº 4.320, que trata da contabilidade pública? Que despesas de exercícios anteriores, deputado Bira Coroa, servem tão somente para apurar débitos que não podem ser constatados até o dia 31 de dezembro, ou seja, contas de água, de energia elétrica, de coisas que não podem ser auferidas e liquidadas como empenho.

O que o Estado fez? Gastou mal, gastou mais do que devia, usou o Orçamento, que é uma peça fictícia, sem ver que a crise, como confessou hoje o secretário da Fazenda, já havia atingido o Estado brasileiro, apesar do presidente Lula dizer que era uma marolinha, e, hoje, o Estado está prejudicado.

Eu não sei onde está o Tribunal de Contas do Estado que não enxerga isso!

Vamos aguardar o parecer sobre as contas do governador do ano de 2008, porque se se fizer uma auditoria, se os técnicos estaduais, especialmente os do Tribunal de Contas do Estado, enxergarem o que eles enxergam tanto em relação aos municípios, as contas do governador da Bahia têm que ser rejeitadas.

Hoje, o Líder do governo quer aprovar a Controladoria Geral do Estado nos moldes da CGU, deputado Jurandy Oliveira, porque a CGU, com tantos e tantos escândalos no governo federal, “mensalão” e tantas coisas que aconteceram, não descobriu nada: não vê nada, não ouve nada, não descobre nada. Nos mesmos moldes da CGU, vem mais uma arma apontada para os prefeitos, especialmente para o partido aliado, o PMDB, que é o mais atingido com essa medida, que visa, de forma exclusiva, perseguir prefeito, inclusive com técnicas de inteligência, deputado Luiz de Deus.

Depois que vimos essa tal de técnica de inteligência criar uma central de inteligência que grampeia pelo Ministério Público, o Estado, agora, está com a mesma disposição de criar, já tendo uma Polícia Civil, mais uma central de grampo, desta vez na Controladoria Geral do Estado, destinada a perseguir prefeito, especialmente os prefeitos adversários.

Vamos ficar atentos e ver como se comportam os deputados. Vi o deputado Álvaro Gomes elogiar há pouco e citar a presença dos prefeitos do PCdoB. Hoje, virá aqui para votar contra os prefeitos do PCdoB.

Vamos aguardar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Com a palavra o deputado Bira Coroa, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BIRA COROA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhoras e senhores servidores, senhoras e senhores visitantes, farei uso da palavra, neste momento, em dois tempos. Primeiro, para parabenizar o prefeito Luiz Carlos

Caetano e sua equipe por mais um evento promovido pelo Município de Camaçari, destacando a capacidade de organização, pela intervenção e, acima de tudo, pelo desempenho que deu às festividades de Arembepe.

Arembepe é um distrito do Município de Camaçari conhecido internacionalmente pela aldeia *hippie*, um remanescente de toda a cultura *hippie* no mundo, além de ter uma das praias mais bonitas do Litoral Norte. Ele tem uma festa tradicional criada pelos pescadores, que, hoje, é a Lavagem de Arembepe, que teve origem, nada mais nada menos, nas oferendas e homenagens que os pescadores faziam ao padroeiro São Francisco de Assis.

Com certeza, essa festa, que nasceu apenas como uma festa dos pescadores, ganhou um cunho de desenvolvimentos e suporte e, hoje, é tida como uma atividade internacional na qual se desenvolvem ações culturais de diversas modalidades. Lá está instalado um palco da cultura, uma arena, onde houve uma diversidade de apresentações e de manifestações populares com grupos musicais, atingindo uma média de 80 mil pessoas diariamente. Foi a predisposição dessa festa.

Estou fazendo isso, Sr. Presidente, até para fazer um contesto a irresponsabilidade de uma instituição de comunicação do nosso Estado que, através de um apresentador de programa de televisão, na quinta-feira, fez destaques dizendo à sociedade baiana que não fosse à festa para não ter que pisar em poças de sangue e não trocar os estouros de fogos de artifícios por balas, que assim seria e que é uma irresponsabilidade.

A festa transcorreu da quinta-feira até o dia de ontem, culminando com o baile dos coroas, com mais de 4 mil pessoas dançando seresta em praça pública, com o índice considerado um dos mais baixo de ocorrência, sem nenhum caso de violência brusca nem no hospital geral do município, nem nos dois postos de unidade de saúde local instalados para atender a festa, sequer um acidente automotivo, mostrando exatamente a tranquilidade que se deu a festa. O número de ocorrências e registros de documentos perdidos ou furtados foi muito mais baixo do que o ocorrido nos anos anteriores.

Quero parabenizar, mais uma vez, o prefeito Luiz Carlos Caetano e a toda sua equipe. Registro um protesto a essa visão e condução da comunicação no Estado da Bahia que tem sido extremamente perversa. Hoje, boa parte dos canais de televisão nos horários de meio dia e das 7 da manhã está fazendo apologia à violência. Quando a gente assistiu aí, durante duas semanas seguidas, que em desses canais, um desses apresentadores mostrava traficante torturando um jovem. Ainda pondo em discussão com a sociedade, tentando impor que aquela posição eram merecidos o sofrimento e a tortura. É, sem sombra de dúvida, Sr. Presidente, uma irresponsabilidade, uma inconsequência. Quero convocar o Ministério Público a fazer valer o seu papel, já que teve a intervenção e foi desrespeitada por aquela empresa, que ainda fazia chacotas quando colocava em relação ao Ministério Público.

Fez chacotas e ironia quando dizia: “Tire seus filhos da frente da televisão, porque agora a cena é pesada. Agora vai correr sangue”. Dentre outras afirmações que fazia. Então essa ação da imprensa não tem sido comprometida com a sociedade,

não tem responsabilidade e, com certeza, está desenvolvendo, sem dúvida alguma, uma cultura da violência e tentando criar na sociedade uma aceitação ou um comodismo, para que a gente possa conviver com a violência como se isso fosse um fato corriqueiro ou normal.

Por isso, Sr. Presidente, agradeço até pela concessão, mas espero um outro momento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Galeria Paulo Jackson, amigos da *TV Assembleia*, é bom até que o Capitão Fábio, meu amigo, entre no Plenário, porque tenho certeza de que ele como policial deve estar aterrorizado, com sentimento hoje no nosso Estado. Sai não imprensa: *“Desafio de Itaparica. O que aconteceu em Itaparica? A invasão por bandidos armados ao centro de treinamento para querer matar o delegado Magalhães”*.

Imagine, V.Ex^a, deputado Eliedson, os papéis se inverteram no nosso Estado. As pessoas de bem, os cidadãos ficam reféns dentro de suas casas, dentro do seu habitat, por quê? Porque tem medo, deputado Luiz de Deus, de morrer assassinado pela bandidagem. Ao ponto dos bandidos terem a ousadia de invadir a residência do delegado Magalhães, em Itaparica, para executá-lo. Isso, deputado Luiz de Deus, é o Estado em que as pessoas perderam o senso e o sentimento de poder público. O poder público na Bahia não existe, deputado Arthur Maia, o poder público, na Bahia, só existe na propaganda do PT, na televisão.

Por que o que é o poder público? O poder público, deputado Bira Coroa, é a forma efetiva de o governo do Estado oferecer ao cidadão os três princípios básicos: educação, saúde e segurança pública. De saúde nós não falamos; o governador, deputado Capitão Fábio, diz que a culpa pela dengue é de Itabuna. O governador diz - está aqui, se V.Ex^a não leu - o governador diz que Itabuna é culpada pela dengue. O ministro, ontem, veio a Salvador e disse que o culpado é o governo do Estado. Ou seja, mais uma vez o governo tira a responsabilidade de si e empurra com a barriga para terceiros.

Hoje, saiu a notícia de que os bandidos invadiram a casa do delegado Magalhães para executá-lo. Aí, eu pergunto: onde é que está o poder público em nosso Estado? O que efetivamente este governo faz para proteger o cidadão baiano?

Nós não temos saúde, a Bahia é o Estado com maior crise e epidemia de dengue em todos os Estados brasileiros. Na Bahia, hoje, principalmente na Região Metropolitana, morre mais gente do que na Faixa de Gaza.

Aí, eu quero saber: qual é o discurso do governo Jaques Wagner? Propaganda, deputado Eliedson, tem muita. Se nós assistirmos às propagandas do governo, nós pensamos que estamos morando em outro Estado. O povo baiano precisa atentar para o fato de que o governo gasta o nosso dinheiro, deputado Luiz de Deus, com essas propagandas enganosas e que falta com a verdade, o povo baiano parece que está

morando num País de Primeiro Mundo.

Mas, na verdade, a única certeza que temos é que nós temos um governador DVD. V.Ex^a sabe, deputado Luiz de Deus, o que é DVD? Governador DVD, desemprego, violência e dengue. É essa a verdade que nós temos deste governo: é a falta de respeito com o baiano, é a falta do poder público nas suas obrigações de proteger e dar condições para o cidadão baiano viver, para concluir, Sr. Presidente, e se não bastasse a falta de controle da epidemia e da saúde, hoje, se o delegado Magalhães estivesse em casa, teria morrido.

Então, meus amigos, a Bahia, infelizmente, enfrenta um grave problema social e, no seu comando, tem o governador DVD, o governador da dengue, da violência e do desemprego.

O meu muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, deputadas, aqueles que nos honram com suas presenças, esta Casa e a Bahia sabem a posição do nosso partido aqui como partido independente e também da Bancada do PR, de que eu tenho a honra de ser o Líder, e o ilustríssimo deputado Sandro Régis, o Vice-Líder.

Mas isso não nos impede de, às vezes, tomar decisões divergentes. Esta é a Casa do povo, esta é a Casa da política e, nunca, nesta Casa, a política efervesceu tanto quanto no mês de janeiro, a reabertura dos trabalhos, hoje, agora, pessoas importantes para o nosso Estado estão aqui a lutar por suas reivindicações.

Deputado Sandro Régis, se fizermos um mapeamento do momento do planeta Terra – não digo só do Brasil e dos nossos estados e municípios –, veremos que não se pode particularizar e rotular a Bahia como o Estado da violência, do desemprego e da dengue.

Não estou excluindo a Bahia, mas esses são problemas que afligem a economia pré-falimentar de um sistema capitalista que se implantou no mundo, que vive um momento difícil. Essa é uma análise global. Não tenho nenhuma procuração para defender o governo, mas quero colocar que essas questões não são de ordem estadual.

Vimos, recentemente, uma história de violência na Áustria em que um monstro mantinha a própria filha presa em cativeiro e com ela concebeu vários filhos. Acho que não há violência concretizada e explícita maior do que essa.

Aqui no Brasil vemos padrastos engravidando crianças de 9 anos; isso é uma violência sem tamanho. Assistimos matérias na televisão local – que não têm nada a ver com a questão do governo – mostrando casos de filhos mantendo relações sexuais com a própria mãe.

Então eu pergunto: onde estamos e para onde vamos? O momento não é de procurar responsável ou bode expiatório, e sim de uma análise mais ampla, global e

consciente do papel de cada um.

Particularmente, no que tange à dengue, problema que aflige violentamente o nosso estado, a terra do Capitão Tadeu, pergunto: faltou o quê? Faltou alguma coisa. Vamos fazer uma comparação com Juazeiro.

Todos nós brasileiros já sabíamos – e nós deputados, por dever de ofício, sabíamos mais ainda, principalmente os que são médicos, como eu e o deputado Luiz de Deus – que enfrentaríamos um surto ou talvez uma epidemia de dengue neste período, que se mostra propício para tal. Entretanto alguns prefeitos e alguns secretários de saúde não tomaram as devidas providências.

Juazeiro, que tenho a honra de representar aqui nesta Casa, é uma cidade com mais de 200 mil habitantes. Somada a Petrolina, chega a aproximadamente 500 mil. E se considerarmos a população flutuante, temos quase 1,5 milhão. E lá não há nenhum caso de dengue.

Isso acontece porque foi feita, desde o primeiro momento em que o atual governo municipal assumiu, uma política pública de combate à dengue, em parceria com o Estado. O governo estadual foi procurado para fazer essa parceria, e assim 100% das casas de Juazeiro foram visitadas e todas as ações necessárias para o combate à dengue foram realizadas. E o resultado é que não há casos dessa doença lá.

Não adianta querer responsabilizar alguém. A Oposição quer fazer oposição ao governo, que é o seu papel, mas temos de ter responsabilidade com o principal: a vida das pessoas. Eu vi, aqui em Salvador, uma senhora ainda jovem ir à televisão e dizer: “Um mosquito matou meu filho”. Isso dói, dói muito quando acontece em qualquer lar.

É importante que nós não façamos política com essa questão. Não podemos simplesmente condenar e responsabilizar alguém, vamos buscar o caminho. Temos a Comissão de Saúde aqui nesta Casa para discutir esse tema e poderemos fazer uma campanha educativa.

Em Juazeiro, fizemos um trabalho de conscientização de combate à dengue desde o dia 1º de janeiro, quando o Dr. Isaac Carvalho assumiu a prefeitura. O nosso secretário de Saúde tem experiência, pois exerceu essa função em Alagoas e no município de Itabuna. Não fomos buscar um político para politizar a Secretaria de Saúde; encontramos uma pessoa eficiente e competente para desenvolver as políticas públicas de saúde lá.

Por isso, Juazeiro é um exemplo. Mas a imprensa só veicula, Sr. Presidente – com a sua tolerância –, os lugares onde as pessoas estão morrendo; ela não conclama os demais municípios a seguirem o exemplo de quem faz corretamente as políticas públicas de combate à dengue.

Portanto, Sr. Presidente, é um debate que devemos trazer para esta Casa. Não podemos tirar dividendo político-eleitoral dessa situação; temos de ser conscientes para buscar uma política pública capaz e competente para erradicar de uma vez por todas a dengue em nosso País. Essa doença ceifa muitas vidas ainda jovens, que certamente teriam um futuro brilhante e serviriam ao Estado e ao País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais presentes, mais uma vez retorno a uma questão muito polêmica, mas não tenho nenhuma dúvida de que esta Assembléia Legislativa saberá discuti-la, debater e tomar a decisão acertada com relação a ela. Particularmente, já expressei aqui, por diversas vezes, que o Projeto de Lei nº 17.713/2008 vem no sentido de modernizar o Fisco, melhorar o serviço público, orientar, fiscalizar e evitar a sonegação fiscal para melhorar a vida de todos os baianos.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- V.Ex^a está inscrito.

Portanto, gostaria de dizer que esse projeto é polêmico, mas posso afirmar, com bastante tranquilidade, que estou absolutamente convencido de que é o melhor para a Bahia. Digo isso com bastante tranquilidade, porque tenho tido um diálogo muito tranquilo com o IAF, o Sindsefaz e os fazendários. Já recebi em meu gabinete ambas as entidades diversas vezes, já ouvi as argumentações de um lado e do outro, os dois pontos de vista e, por isso, estou convencido de que esse projeto é o melhor para a Bahia, repito.

Concedo um aparte ao nobre deputado Gaban, ao qual solicito apenas que seja rápido para que possa continuar as minhas argumentações.

O Sr. Gaban:- Agradeço o aparte ao deputado Álvaro Gomes, até para estimular o debate, que acho importante para a Casa.

Mas gostaria, deputado Álvaro Gomes, e tenho sempre dito isso quando uso a tribuna, que me convençam e mostrem, primeiro, o primeiro benefício que a Bahia teria com esse projeto. Segundo, mostrem-me que estão errados a OAB, o Supremo Tribunal Federal e o Ministério Público nas considerações que têm feito a respeito dele. Mostrem-me como é que, fiscalizando apenas 4% da Receita, que são os pequenos e microempresários, vamos combater essa sonegação.

Esse debate, para mim, é extremamente suficiente.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- V.Ex^a terá resposta para todas as perguntas. Em primeiro lugar, a OAB, o Ministério Público e o Supremo Tribunal não fizeram nenhum julgamento e nem deram nenhum parecer sobre esse projeto.

(Palmas.)

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Depois, V.Ex^a poderá falar.

O Ministério Público não escreveu absolutamente nada contestando o projeto de lei nº 17.713/2008, apenas manifestou uma opinião sobre a carreira única, que não

é o caso – não se trata aqui de carreira única –, assim como a OAB, que também não se posicionou sobre esse projeto. Posicionou-se sobre a questão de transposição de cargos, que não é o caso. (Palmas!)

Eu diria, nobre deputado Gaban, com o estabelecimento... Vamos seguir tranquilos, vamos raciocinar de uma forma isenta, tranquila. Eu tenho o meu ponto de vista já formado. O meu ponto de vista é formado porque já conversei dezenas de vezes com o IAF, com o Sindsefaz, com os fazendários de uma maneira geral, envolvendo agentes de tributos e auditores. Já conversei e formei a minha opinião com base no estudo, no debate, na discussão, e eu estou convicto de que esse projeto é a melhor alternativa para todos nós.

Vejamos então, vamos raciocinar sobre os argumentos. Argumento 1: os agentes de tributos vão se transformar em auditores fiscais. Argumento 2: os agentes de tributos, que são 900, vão fiscalizar 4% da arrecadação, e com isso vão quebrar os microempresários etc. Argumento 3: o projeto é inconstitucional.

Esses são os argumentos. Essa é a base da argumentação. Não existe outra argumentação a não ser essa. Através disso se faz uma campanha. Com esses argumentos, se faz uma campanha dizendo que o projeto é inconstitucional, que vai quebrar todas as microempresas do Estado da Bahia, que vai gerar milhares e milhares de desempregados no Estado da Bahia.

Vejamos o que acontece. Quais são as atribuições específicas, privativas, do auditor fiscal, exclusivas do auditor fiscal? São elas:

(Lê) *“Julgar no âmbito administrativo os processos de impugnação de lançamentos tributários, as revisões fiscais e contábeis e manter também como privativas desse cargo as prerrogativas de constituir créditos relativos às compensações financeiras decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica de recursos minerais. Efetuar aplicações no mercado financeiro e dos recursos disponíveis na conta da União e do Tesouro do Estado. Ainda, privativo do auditor fiscal, entre outros, os cargos de provimento temporário de Superintendência Administrativa e Administração Tributária, Superintendente de Administração Financeira, da diretoria de Administração Tributária, da arrecadação de tributação e de planejamento da fiscalização e os Inspectores Fazendários.”*

Então vejamos: os agentes de tributos, além da constituição do crédito, têm dezenas de atribuições diferentes das atribuições dos auditores fiscais. O estabelecimento das atribuições dos auditores fiscais, dos agentes de tributos, isso, muito pelo contrário, torna a lei mais sólida, mais consistente no que diz respeito ao que o IAF tem divulgado, de que os agentes de tributos ingressarão com ações para exigir que assumam o cargo de auditor fiscal etc.

A definição dessas atribuições dificultará isso, ao contrário do que o IAF está dizendo, que os agentes de tributo se transformarão em auditores fiscais... (Palmas!)

Não existe nenhuma inconstitucionalidade na definição das atribuições do servidor público.

Não existe. (Palmas) As atribuições do servidor público são definidas por lei.

Agora, nenhum desses agentes de tributos ingressou pela janela, são todos concursados. (Palmas)

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Álvaro Gomes, amanhã, haverá uma reunião entre 3 deputados da Casa, Zé Neto, Paulo Câmara e eu, e representantes do Sindsefaz e do IAF.

Hoje, após a reunião, pela primeira vez o pessoal do Sindsefaz me procurou. Aliás, pela segunda vez, a primeira foi no ano passado, antecedendo a audiência pública que promovi nesta Casa. Eles me procuraram para saber quais os critérios, os quais detalhei e cumpri na audiência pública. Após isso, nunca mais me procuraram.

Procurarem-me hoje, pela manhã, e fiquei de atendê-los às 16 horas. O que disse a eles vou repetir para V.Ex^a: não tenho opinião pré-formada. Os elementos que tenho estão induzindo-me a uma opinião totalmente diferente da de V.Ex^a. Vou colocar. Primeiro, o que se está discutindo...

E é lógico o que V.Ex^a disse: a OAB, o Ministério Público e o Supremo Tribunal Federal não julgaram esse projeto, pois o mesmo está em tramitação. Agora, fizeram considerações. O Supremo Tribunal Federal se manifestou nos casos de Rondônia e do Ceará, este em 18 de dezembro. O Ministério Público e OAB têm a mesma linha de raciocínio, o que relatei hoje na reunião informal que houve na Comissão de Constituição e Justiça. É no mérito que fazem considerações as 3 entidades. Eu estou dizendo isso para que V.Ex^a me dê elementos diferentes.

Estou dizendo que é inconstitucional porque viola o princípio que fala das atribuições dos agentes de tributos. Elas são totalmente diferenciadas das atribuições dos auditores fiscais.

Concursos públicos aconteceram. O Ministério Público, a OAB e o Supremo Tribunal Federal disseram o seguinte: quando do ingresso na carreira de servidor público, as provas a que se submeteram os agentes de tributos foram para nível médio e as provas dos auditores foram para nível superior. Então, o servidor não pode, segundo essa 3 entidades, exercer atribuições inerentes ao cargo de nível superior se fez concurso para o nível médio. Isso iria ferir o art. 37 da Constituição Federal, que diz que o ingresso no serviço público, para cada uma das suas categorias, tem que ser precedido dos exames inerentes.

É isso, esses 3 pontos, que gostaria de que V.Ex^a ajudasse a esclarecer.

O Sr. Pedro Alcântara:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Depois, vou conceder um aparte ao nobre deputado Pedro Alcântara.

Nobre deputado Gaban, preste bem atenção, atente para o que vou falar. O Ministério Público fez um parecer sobre carreira única. Ora, esse projeto não trata de carreira única. O Ministério Público fez um parecer para um outro projeto que ainda não chegou à Assembleia, e não sei se vai chegar. Ou seja, fez um parecer para um projeto inexistente. Porque o projeto de lei nº 17.713 não trata de carreira única.

A OAB fez um parecer sobre a transposição de cargos. Se alguém me

perguntar se sou favorável a que alguém entre pela janela e se transforme em auditor fiscal sem concurso público, a minha resposta será negativa. Ora, perguntaram a OAB o seguinte: vocês são favoráveis à transformação dos agentes de tributos em auditores fiscais? A OAB disse: “Não”. Mas ela não fez qualquer parecer sobre esse projeto.

O Sr. Gaban:- Eu tenho uma cópia.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Só concluindo...

O Sr. Gaban:- Tenho uma cópia.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Não... V.Ex^a poderá falar, vai ter mais oportunidades. Agora estou lhe pedindo atenção. Terceiro: hoje exige-se nível superior para os agentes de tributos. A quarta questão, que eu quero esclarecer: olhe, não é o caso, aqui não se trata de transposição de cargos. A situação deste projeto não é igual à que aconteceu anteriormente, quando houve a transposição dos cargos de analista financeiro e administrativo para o cargo de auditor fiscal. Este projeto não é assim, não. Não é este o caso. Naquela época se transformaram em auditores fiscais, entre outros, os diretores do IAF Sérgio, Maurício Costa e também o ex-secretário Albérico Mascarenhas. Logo, não é este o caso. (Palmas!)

O Sr. Pedro Alcântara:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Eu quero que atente. Vou ceder o aparte a V.Ex^a, que é o estudioso do assunto e vem se dedicando. Não se trata de transposição de cargos. Trata-se de definição de atribuições. Já li aqui uma página inteira das atribuições dos agentes de tributos. Elas não são apenas a questão da constituição de crédito para as microempresas, e quero dizer também o seguinte: este projeto é melhor para a Bahia porque evita o “retrabalho, agiliza o aparato do Estado, combate a sonegação. (Palmas!)

O Sr. Gaban:- Esclareça de que forma isso vai combater a sonegação.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Aí, nobre deputado Gaban, nós pessoas físicas...(Palmas!)

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me esclareça como isso vai combater a sonegação.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Só concluindo o meu raciocínio, só um minuto.

E vou ceder um aparte ao nobre deputado Pedro Alcântara.

Nós, pessoas físicas, pagamos nossos impostos. Normalmente, toda pessoa física paga imposto. A pequena empresa também precisa pagar imposto. Não é possível, por exemplo, uma pequena empresa pagar imposto e a outra não, porque isso se trata de concorrência desleal. Mas o que o governo vem fazendo, tanto o federal quanto o estadual, é reduzir o imposto para microempresas que precisam sobreviver, mas dentro da legalidade, não da ilegalidade. As microempresas e os empresários precisam sobreviver dentro da legalidade, e não fazendo maracutaias. (Palmas!) É essa a questão. O governo tem dado muita atenção aos microempresários. E tem de dar porque esse é um segmento muito importante.

Os agentes de tributos vão agir de forma preventiva, orientando e também evitando a ilegalidade da pequena, média e grande empresas.

Com um aparte o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Deputado Álvaro Gomes, agradeço a V.Exª e digo-lhe que hoje à tarde está iluminado, extremamente feliz nas colocações oportunas que faz na tribuna desta Casa. (Palmas!) Com certeza, os colegas que tenham alguma dúvida sobre este projeto, acho que ouvindo-o, os que não são da área de tributos, não têm estudado a matéria e vem solicitando informações, saberão que é por demais convincente o pronunciamento de V. Exª.

Desde o primeiro momento, nós vimos esse projeto com simpatia, por entender que ele é importante para o Estado, independentemente da questão política. Politizaram o projeto dentro da própria secretaria e também tem se politizado esse projeto nesta Casa, quando se trata de um projeto, tenho dito, que teve origem na secretaria e que é eminentemente técnico. V. Exª, hoje, faz um pronunciamento esclarecedor. Não tenho dúvida, conheço esta Casa, de que há uma tendência muito forte de se aprovar esse projeto aqui. (Palmas) Há uma tendência muito forte de aprovação desse projeto.

Tenho um respeito muito grande pelo deputado Gaban, deputado operoso que presidiu esta Casa e tive a honra de ser seu vice-presidente na época. Ele fez um grande trabalho à frente deste Casa. Não tenho dúvida de que o deputado está fazendo um debate sério, respeitado e tem estudado o projeto. Entendo que S. Exª tem conseguido, com suas teses... Parece até um júri importante em que esta Casa se transformou com esse projeto. Alguém na minha casa me perguntou se está havendo algum plebiscito na Bahia, entre o sim e o não. Pode até ser plebiscitário, mas nós estamos com o sim.

Na realidade, deputado, temos a convicção plena de que vamos votar sim nesse projeto, porque ele é bom para a Bahia. (Palmas) Essa questão de dizer que há escorcha para os pequenos e microempresários não é verdade. V. Exª disse muito bem, o grande, o médio, o pequeno e a pessoa física têm que contribuir com seus impostos, apesar de considerar que somos o país mais tributado do mundo e com os juros mais altos, mas é a regra do jogo. Nenhum microempresário, ou pequeno empresário que se prezem vão sonegar impostos. Sabemos que temos leis que ajudam, como V. Exª disse, o microempresário de outra maneira, não o estimulando a sonegar impostos. Então, essa propaganda não é boa para a Bahia. Querem fazer uma intriga, mas não vão conseguir, deputado.

Parabéns a V. Exª que, cada dia mais, torna-nos convictos de que esse projeto tem que ser aprovado nesta Casa para o bem da Bahia e para o bem da Secretaria da Fazenda.

Parabéns pelo pronunciamento de V. Exª. (Palmas)

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre deputado Pedro Alcântara, incorporo o aparte de V. Exª ao meu pronunciamento, concordando com o que V. Exª falou. Incorporo o aparte do nobre deputado Gaban, discordando frontalmente de suas argumentações.

Queria concluir, porque o tempo já está terminando, dizendo que o projeto é muito claro. Os agentes de tributos têm tido muitas atribuições e, nesse projeto de lei, elas passam a ser formalizadas. Na realidade, todo o processo é feito pelos agentes de

tributos e os auditores fiscais terminam apenas assinando. (Palmas)

Em função disso, sugiro algumas ações na Justiça, mas a definição das atribuições vai deixar isso mais claro, porque vai ficar formalizado em lei, vão ficar estabelecidas nitidamente as atribuições dos agentes de tributos e as atribuições dos auditores fiscais, exatamente o que deve contar em todas as leis. A lei pode, sim, o projeto de lei pode, sim, estabelecer atribuições para o funcionalismo público. Não há absolutamente nada de inconstitucional nisso. Nem OAB, nem Ministério Público vão responder a um questionamento desses, dizendo que estabelecer atribuições é inconstitucional.

Mas eu quero, para concluir mesmo, o tempo já está terminando, dizer que fiz uma emenda ao projeto, não que fosse necessário, porque, ao estabelecer as atribuições, já fica claro que os agentes de tributos não se transformarão em auditores fiscais, ao definir em lei as tarefas, de forma bem clara, bem objetiva. Isso o projeto pode fazer e está fazendo muito bem. Mas eu fiz uma emenda ao projeto levando em consideração, exatamente, o argumento do IAF e de alguns auditores fiscais de que os agentes de tributos iriam se transformar em auditores fiscais. Essa emenda diz o seguinte: os agentes de tributos não se transformarão em auditores fiscais. (Palmas) Assim o discurso de parte dos auditores fiscais fica inconsistente.

Para concluir, quero dizer que esse projeto não é dos agentes de tributos, é da Bahia! E os agentes de tributos e os auditores fiscais o defendem com muita firmeza.

Do outro lado, há uma parcela, uma parte dos auditores fiscais que é contra. Mas a outra parte está nas Galerias e na Fazenda defendendo esse projeto. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador nem pelo apartesantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Elidedson Ferreira):- É permitido o aplauso nas Galerias, mas a Mesa determina que não haja manifestação verbal. Por favor.

Horário das Representações Partidárias...

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Elidedson Ferreira):- Para uma questão de ordem, com a palavra o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, com a obrigação e o respeito que todos nós, os 63 deputados, temos de ter, sobretudo, com a imagem da Assembléia Legislativa da Bahia, com a preocupação que tenho de evitar um futuro desgaste para esta Casa, gostaria de dizer que até perdoo o deputado Álvaro Gomes, porque ele não é bacharel. Eu também não sou, sou engenheiro.

Mas o deputado Álvaro está falando de fatos sem apresentar documentos. Eu vou repetir, Sr. Presidente, já que esse é um projeto que envolve a imagem do Legislativo, que o procurador geral da República entrou com Adins contra os governos do Ceará, de Rondônia e de Roraima para que projetos iguais a esse da Bahia fossem retirados. E todas as teses do procurador geral são diferentes do que disse, deputado Waldenor, o deputado Álvaro Gomes.

Vou ler para o conhecimento da Casa, porque nós juramos respeitar a Constituição do Estado da Bahia. E essa questão tem de ser esclarecida! Se não

existir medo de se esclarecer, coloquemos à mesa o procurador geral do Estado da Bahia, o Ministério Público e a OAB, que têm posições conflitantes. Não dá para trazer o Supremo Tribunal Federal, mas ele também está na mesma linha de raciocínio da OAB e do Ministério Público.

Então, apenas e tão-somente para ajudar a esclarecer, quero ler mais uma vez para esta Casa um documento do Supremo Tribunal Federal. E vou deixar uma cópia desses três documentos na Taquigrafia para que fiquem registrados nos Anais deste Poder.

O que diz o Supremo Tribunal Federal em relação ao Ceará? Afirma que são inconstitucionais os artigos da lei número tal, que a pretexto de reorganizar as carreiras de auditor adjunto do Tesouro Nacional, de técnico e de fiscal do Tesouro Estadual ensejaram o provimento derivado de cargos, dispositivos legais impugnados que afrontam o comando do art. 37 da Constituição.

O que diz esse art. 37? Diz que para ter acesso ao serviço público tem que prestar o concurso público para aquela determinada carreira. É isso que diz o Supremo Tribunal Federal. Não sou eu. Embora sob rótulo de reestruturação da carreira na Secretaria da Fazenda, procedeu-se na realidade a instituição de cargos públicos cujo provimento deve obedecer aos ditames constitucionais.

O que diz o Supremo Tribunal Federal, na mesma linha de raciocínio. São várias páginas, mas vou ler apenas as considerações da OAB do nosso Estado: “Ocorre que o referido projeto, este nosso, de reestruturação de carreiras integrantes do Fisco Estadual, para conferir atribuição de competência privativa dos auditores fiscais para carreira de agentes de tributos estaduais, compromete a totalidade dessa rede principiológica do Art 37 da Lei Maior. A mesma coisa diz o Supremo Tribunal Federal, deputado Álvaro Gomes. Pelo amor de Deus, leia, não fale só o que dizem! Estou lendo documentos!

O que diz o Ministério Público da Bahia, fazendo recomendações ao Exmº Sr. Governador: “Foi banido o andamento jurídico brasileiro como forma de investidura em cargo público, ascensão funcional ou acesso, e, dessa forma, o preenchimento dos cargos e funções da administração pública, fora das exceções constitucionais previstas, somente podem ser efetivados mediante realização de concurso público de provas ou de provas e títulos”. Isso está muito claro.

Se formos mais adiante, vejam o que vem na parte de recomendações: recomenda o governo que evite edição de qualquer norma jurídica que possa implicar na absorção de funções privativas do auditor fiscal como constituição de crédito tributário...É o Ministério Público que está recomendando e vai além. Então repetindo: “evite edição de qualquer norma jurídica que possa implicar na absorção das funções privativas do auditor fiscal como constituição de crédito tributário para outro cargo, inviabilizando, assim, a futura arguição de similaridade entre as carreiras do Fisco Estadual, evitando-se, por conseguinte, o enquadramento de servidores por via judicial”. Há 600 agentes já na Justiça, o redundaria em prejuízo ao Erário.

Finalizando, Sr. Presidente, o que tem que ser exposto, com muita clareza, para que tenhamos os devidos esclarecimentos? Primeiro, não é fazendo o que essas

três entidades estão recomendando que é inconstitucional que iríamos resolver o problema da sonegação, porque iriam fiscalizar apenas e tão somente as pequenas e microempresas que geram 4% da receita. Não se combate sonegação, fiscalizando 4% da receita, mas sim, e sobretudo, fiscalizando, com energia, como todos nós queremos e exigimos, os 96% da arrecadação.

Se se quiser um projeto, original, inteligente, para fiscalizar não só as pequenas e microempresas mas também todas as demais empresas, a fim de ajudar o Fisco do Estado, sabem o que se pode fazer? O que fez a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, deputado Waldenor, no dia 3 de março, ampliando os benefícios da nota fiscal paulista.

Sabem o que é a nota fiscal paulista? Faz com que a população, na sua totalidade, exija a nota fiscal, porque, quando se faz isso, se combate a sonegação e incentiva a população com descontos no IPVA e em todos os impostos que deveriam ser pagos ao governo do Estado.

Essa é uma forma inteligente que deveríamos adotar, e não fiscalizar aqueles que geram 4%, sob o falso pretexto de combater sonegação, que é uma premissa falsa, deputado Álvaro Gomes.

Li documentos como este da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, queria apenas tranquilizar a Casa, porque me sinto no dever, até porque temos buscado o caminho da conversa, o serenar dos ânimos.

Depois de uma disputa dessa, seja qual for o resultado, temos que entender que há um compromisso com o Estado de Direito e com o nosso Estado, que é a Bahia.

Queria tranquilizar o deputado Gaban no que tange à inconstitucionalidade do projeto, porque todos os temas que abordou – e ontem ele me cobrou isso – hoje de manhã peguei algumas questões e expus, explanei para ele na Comissão de Constituição e Justiça. Agora de tarde, já recebi mais dois *e-mails* – e estou abrindo-os – que tratam das medidas judiciais que foram ao Supremo.

Quero até dizer, de público, à Casa que o que podemos apreciar é que é a que veio de Rondônia tratava de uma situação que foi, de logo, resolvida após uma greve. No momento da greve, o Estado, através do governador, fez uma lei que realmente é inconstitucional, e pegou técnicos tributários elevando-os à categoria praticamente de auditores, os técnicos tributários ocuparam as funções de auditores. Terminada a greve o Estado volta ao normal, o próprio governador revoga a lei, Sr. Presidente, e aí a situação foi regularizada. A ação continuou, foi ao Supremo, a Adin evidentemente teve êxito. É uma situação já resolvida totalmente diferente do que tem na Bahia.

A situação do Ceará da mesma forma havia uma representação. Lá se provou que as funções iam ser exercidas por funcionários de outros órgãos, e aí também a gente viu que não há coincidência com a situação da Bahia. O Ministério Público e a OAB - pelo que pude ler, hoje tenho certeza de que está claro o que está ali -, não

avaliam o projeto que está na Casa, avaliam mais a situação que está posta ali com relação ao que denominamos de carreira única, que não é a situação em tela.

Enfim, queria tranquilizar os Srs. Deputados, as Sr^{as} Deputadas de que não há nenhuma dificuldade normativa no tocante à inconstitucionalidade da matéria que está nesta Casa. Nós da Comissão de Justiça temos tido muito cuidado com isso. Agora, obviamente, eu como presidente da Comissão não quero cair no mérito, porque o mérito quem vai decidir é o Plenário, quem vai decidir é a Comissão de Constituição e Justiça. Acredito que devemos ter muito bom senso.

Agora, obviamente temos segurança de que há decisões jurídicas - sou advogado - para todo gosto. Evidentemente, vamos ter cuidado para que nada brusco aconteça e possa macular todo esse processo de debate que já dura meses, anos nesta Casa. Aliás, é um amadurecimento. Não me lembro de matéria que amadureceu tanto nesta Casa como esta. Já tivemos duas sessões especiais, três audiências públicas, duas reuniões, enfim, temos hoje condição de poder fazer com que este debate aqui possa consolidar em um projeto votado por esta Casa, amadurecido nesta Casa e com o cuidado de que não estamos agindo de forma abrupta.

Amanhã pela manhã, às 11 horas, inclusive o deputado Gaban também estará presente, vamos tentar conversar, buscar o diálogo. Esse, sim, é o melhor caminho para esta Casa. Vamos encontrar o caminho definitivo para esse projeto que, quero crer, não passará do mês de março. Teremos a votação desse projeto, uma decisão do Plenário, ele amadurecido e nós buscando a cada dia levar tanto para uma categoria como para outra um resultado que seja aceitável no campo do Estado, porque maior do que qualquer interesse desta Casa é o estado de direito que está aí posto e precisa ser respeitado. Na Comissão de Constituição e Justiça temos feito tudo para que as coisas caminhem com bom senso.

O deputado Paulo Câmara tem-se esforçado no sentido de buscar esse diálogo, essa articulação para que a gente possa transpor esse processo de votação sem maiores agruras, sem maiores dificuldades, e logo após a retomada da harmonia da nossa Secretaria da Fazenda tão querida e que sempre prestou bons trabalhos ao nosso Estado.

É isso o que tinha a dizer.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro deputado Zé Neto, faço minhas as palavras de V.Ex^a. Confesso-lhe que não trouxe nem a minha pasta com documentos para o Plenário porque eu não iria tocar neste assunto hoje. Estamos aí numa fase de negociação desse projeto, já tem reunião agendada para amanhã às 11 horas, confio que chegaremos ao bom senso para atender as duas categorias. É lógico que não poderemos atender as duas na totalidade, mas o espírito é atender o máximo possível a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. Só toquei no assunto porque o deputado Álvaro Gomes tocou no assunto e me senti obrigado a tocar.

Acho que o espírito, deputado Álvaro Gomes, é esse, deputado Zé Neto, que V.Ex^a colocou. Com o espírito desarmado vamos para a reunião amanhã com o

Sindsefaz, vou receber uma comitiva do Sindsefaz lá no meu gabinete, hoje, e o espírito é esse: tragam as informações para que hoje nós analisemos e amanhã discutamos uma de maneira homogênea para atender a Assembléia, o governo do Estado e, obviamente a Secretaria da Fazenda. Parabéns ao deputado Zé Neto pelas colocações, que faço como se fossem minhas.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vejam bem, vou conceder a questão de ordem a V.Ex^a, deputado Álvaro, mas quero fazer um apelo aos Srs. Deputados. Assuntos que podem ser discutidos na tribuna estão sendo feitos como questão de ordem. Vou informar com antecedência: vou ser um pouco mais rígido para que as questões de ordem ocorram realmente com relação ao Regimento. Faço um apelo aos Srs. Deputados para que questões que podem e devem ser discutidas na tribuna não sejam tratadas como questão de ordem.

Concedo a questão de ordem ao deputado Álvaro Gomes, mas que V.Ex^a seja breve. Srs. Deputados, faço mais um pedido: que as questões de ordem sejam realmente para dirimir dúvidas do Regimento.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes. Gostaria de que fosse breve, deputado.

O Sr. Álvaro Gomes:- Serei breve, não falarei mais que 1 minuto, nobre presidente. Queria também falar ao deputado Gaban, dizer que não agora, neste momento, quando se estabeleceu a polêmica, mas desde 2005 que venho fazendo esse esforço para se chegar a um denominador comum. Não vou dizer a V.Ex^a que só tratei do assunto porque V.Ex^a falou, porque de qualquer maneira eu falaria 5, 10 minutos. Mas V.Ex^a ontem falou em torno de uma hora e vinte minutos, inclusive na utilização das questões de ordem, fazendo pronunciamentos em outros momentos, e hoje também falou. Então, não tinha por que não falar aqui os meus 25 e dedicar cem por cento a esse tema. Era essa a minha questão de ordem. (Palmas)

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, apenas para ficar registrado, por acordo de Lideranças entre os deputados Waldenor Pereira, Pedro Alcântara e Heraldo Rocha, mandamos publicar as modificações nas comissões com relação ao deputado Ivo de Assis, que não estava na Infraestrutura, passando para esta comissão, conforme indicação dos Líderes. Vou considerá-lo a partir de agora membro da Comissão de Infraestrutura por acordo de Lideranças, antes da publicação no *Diário Oficial*. Por acordo é possível deferirmos esse pleito.

Portanto, deputado Ivo, pode tomar posse na presidência da Comissão de Infraestrutura e a sua nomeação será publicada no *Diário Oficial* amanhã, mas o consideramos, a partir deste momento, membro dessa comissão, vez que foi por acordo no Plenário. Fica registrado.

Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do governo ou do PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado

Paulo Câmara e por 5 minutos o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Câmara pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Sr. Presidente, nobres colegas, fazendários, sejam do IAF ou do Sindsefaz, minha atuação na Casa ao longo destes 12 anos de prestação de serviços à comunidade tem se prendido sob dois aspectos, Sr. Presidente: um, como linha de frente para problemas difíceis, e temos tido uma atuação ao lado do governo para soluções que beneficiem à comunidade. E nesse caminho de ajudar a comunidade, seja ela a sociedade civil organizada, por exemplo, sob a forma de sindicatos, esta Casa tem se destacado ao longo dos anos, em especial, deputado Gaban, no ano passado e no início deste, Sr. Presidente, como uma Casa de participação, de conciliação entre partes divergentes.

E temos, Srs. Deputados, Srs. Fazendários, grandes exemplos, como a LOJ - Lei Orgânica do Judiciário, que quando chegou a esta Casa havia diversas opiniões conflitantes de várias partes da sociedade civil, inclusive dos sindicatos dos funcionários da Justiça. E os deputados, como conciliadores, fizeram um grande acordo, do qual V.Ex^a participou, deputado Gaban, colocando as partes interessadas na mesa de negociação. As duas partes chegaram a um consenso, que foi negociado com o governo, e resolvemos o problema.

E para mostrar a nossa capacidade de conciliação enquanto deputados, vou citar mais um grande exemplo: a lei que trata dos transportes alternativos. V.Ex^a também participou. Ela chegou à Casa como uma proposta exclusiva do governo, e os empresários e o pessoal do transporte alternativo, juntamente com 3 deputados, conseguiram nesta Casa modificar quase que radicalmente o projeto. E de novo levamos a proposta ao governo democrático republicano e a aprovamos.

A esses 2 exemplos se segue uma fila imensa.

Com base na experiência desta Casa, sentei com meus colegas, Srs. Fazendários, e propusemos uma comissão de conciliação, independentemente de sabermos da radicalização a que o processo chegou, independentemente do vasto manancial publicitário que foi jogado sobre a sociedade. E V.S^{as} sabem que a sociedade não se mobilizou nem para um lado e nem para o outro. Nenhum dos 63 Srs. Deputados recebeu aqui, que eu saiba, pressão da sociedade civil, micro ou macro. Deputado Gaban e deputado Álvaro, se eu estiver errado, indiquem-me alguém que se dirigiu a esta Casa para defender a parte A ou a parte B.

Com base nisso, nas conversas que tive com ambos os lados, constituímos uma comissão composta por 3 representantes do Sindsefaz, 3 representantes do IAF e 3 deputados, que amanhã, às 11 horas, na sala do deputado Líder da Maioria, Waldenor Pereira, começará a discussão de um processo de conciliação.

E neste instante senhores, apelo para que possamos nos desarmar e buscar uma solução. Peço a V.S^{as} que contribuam para que esta Casa obtenha mais uma vitória na condução do seu processo legislativo, ajudando na modificação do projeto de lei e legislando em benefício de ambos sem radicalismos. Acho que esse processo de radicalização...

Inclusive, um amigo meu que é publicitário mandou agradecer a vocês todos pelo gasto fantástico que fizeram com publicidade, quando só 63 votam.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Farei a conclusão daqui a mais algum tempo, Sr. Presidente.

Peço a V.S^{as} que nos ajudem, a mim, ao deputado Gaban e ao deputado Zé Neto, que fazem parte da comissão, e a seus 6 representantes para que possamos conduzir esse processo – já combinei com o deputado Waldenor – e, num prazo extremamente curto, fazermos a conciliação e esta Casa, juntamente com todos vocês, obter mais uma vitória.

Muito obrigado, senhores.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Questão de ordem do deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, ouvimos atentamente o discurso do deputado Paulo Câmera, parte do discurso, essa proposta foi colocada hoje em discussão, dessa reunião de amanhã, às 11h, da Comissão de Constituição e Justiça.

Infelizmente a Comissão não teve quórum, mas estávamos presente, não podemos concordar, e isso fizemos no bem sucedido debate que V.Ex^a presidiu, com altivez, dos transportes alternativos, e participamos efetivamente da discussão do projeto.

Como o PL é uma Bancada independente, Presidente, não podemos aceitar que alguém, em nome da Maioria ou da Minoria, forme uma comissão para discutir um projeto importante, onde o nosso partido não tenha assento nessa discussão, a não ser que ela seja extraoficial e não poderá ser reconhecida por esta Casa qualquer decisão que ela tome.

Então, nós propusemos que estaremos lá, amanhã, às 11h, combinado ou não, sendo efetivado ou não na comissão, um direito que me dá de Líder de uma Bancada no exercício pleno do meu mandato de estar presente, discutindo, participando e contribuindo para o debate nessa reunião de amanhã, às 11h. Não admitimos que ela seja excludente.

(Palmas nas galerias)

Portanto, coloco para análise da comissão formada, não sei com que critério, que estaremos amanhã, às 11h, participando desse debate no sentido de contribuir, como sempre fizemos, para melhorar o projeto.

Portanto, solicito àqueles que organizaram essa comissão que reserve assento para o PL, pois amanhã estará lá, sendo convidado ou não.

(Palmas nas galerias)

O Sr. Paulo Câmera:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Questão de ordem do deputado Paulo Câmera.

O Sr. Paulo Câmara:- Sr. Presidente, queria esclarecer ao nobre colega, Líder da Bancada independente, deputado Pedro Alcântara, que o critério de escolha, deputado Gaban que me ajude, para participar dessa comissão é o critério de apropriação da informação, participação no processo de negociação que vem se desenrolando ao longo de 2 ou 3 meses.

Deputado Gaban, por exemplo, foi quem promoveu a audiência pública. O deputado Neto, como acabou de demonstrar ali, tem-se empenhado fortemente no assunto, e então, esse foi o critério: quem está dominando o assunto nós chamamos, excetuando o deputado Álvaro, porque nós não tivemos um contraponto para formar números pares. Este foi o critério.

Segundo: essa, deputado Pedro Alcântara, é uma comissão, eu preferi chamar de grupo de conciliação, não é formal, foi uma proposta que eu tive há alguns dias – chamei o pessoal do IAF, fiz a proposta, conversei há uma semana com o pessoal do Sindsefaz, que tem uma diretoria colegiada, e pediu-me um tempo; ontem, conversando com eles, conseguimos então montar esse grupo de conciliação, Sr. Presidente, para sairmos desse impasse monumental em que estamos.

Então, queria apenas esclarecer ao deputado Pedro que não há partidização, há posições claras e tomadas. Chamamos, com coerência, dois deputados posicionados, detentores do conhecimento para debate. Agora, nós vamos abrir? Vamos. A Casa é de todos nós. Deputado quer participar? Sem problema. Não há veto nem muito menos formação de opinião antecipada da minha parte, e essa é a tentativa que nós vamos usar lá: melhorar a situação.

Então, deputado não vai de qualquer maneira; deputado vai, agora, convidado por mim, mentor da idéia.

Muito obrigado.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Deputado Pedro Alcântara, na questão do transporte alternativo instituímos uma comissão com deputado da Oposição e deputado do Governo e o nobre deputado Leur Lomanto, o relator, mas isso não impede que qualquer outro deputado participe também da comissão. E esse projeto é um projeto importante, essa questão do Fisco, e acredito que quanto maior a participação de deputados envolvidos na conciliação, eu acho importante, o Líder do governo estar aqui e acho importante.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Questão de ordem do deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Eu agradeço a compreensão de V.Ex^a. Mas eu acho que o deputado foi muito feliz em três colocações que ele fez: a apropriação de informação, grupo e só participará convidado por mim. Absolutamente, discordo frontalmente dessas três colocações: apropriação de informação, grupo e se for convidado por mim. Absolutamente, não é o metiê do Parlamento, não é essa a linguagem que falamos aqui nesta Casa.

Em relação de participação no debate dessa questão, desde o primeiro

momento nós estamos presentes na Tribuna, discutindo, estudando o projeto, consultando o deputado Álvaro, que é um estudioso-mor e o deputado Gaban, um pouco menos o deputado Gaban, algumas intervenções, mas com o deputado Álvaro Gomes temos conversado constantemente sobre esse projeto, e estaremos lá com assento, estaremos para discutir e contribuir. Se for formalizada a comissão, vamos solicitar por requerimento que formalize o assento do PR e se a reunião for informal, nós estaremos lá informalmente. Mas ninguém vai tirar o direito do PR, do deputado Pedro Alcântara de estar debatendo esse assunto amanhã, às 11 horas, seja onde for, ou nesta Casa ou fora desta Casa. (Palmas).

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Concedo a palavra ao Líder do governo ou da Maioria, ou ao Líder do PSB para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, nós havíamos anunciado as participações do deputado Paulo Câmara, por 5 minutos e do deputado Adolfo Menezes, por 5 minutos, no tempo do PCdoB. Portanto, falta ainda a participação do deputado Adolfo Menezes por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, deputado Elmar que representa a região de Senhor do Bonfim, a despeito, deputado Elmar, da situação caótica que vivem muitos setores, mas hoje vou falar, especificamente, da saúde pública em nosso País.

E para ficar na nossa região, a região de Senhor do Bonfim, Srs. Deputados, a nossa base principal, minha e do deputado Elmar, onde existe um Hospital Regional sem a mínima condição de atendimento, com aquela microrregião onde tem mais de 300 mil habitantes, nos municípios da 28ª região, que tem a sede em Senhor do Bonfim.

Sabemos perfeitamente que essa não é uma situação de agora, não é uma situação deste governo, essa situação já vem de outros governos, essa falta de prioridade, deputado Heraldo. V.Ex^a como médico e como bom especialista no assunto sabe que os problemas da saúde pública já vem de outros governos. E eu não entendo, mesmo sem ser da área, como não se prioriza os hospitais regionais para que os nossos amigos não precisem sair de municípios tão distantes, a 700, 800 quilômetros, como é o caso de Senhor do Bonfim, a 400 quilômetros, e vir para a superlotação dos hospitais, hoje, de Salvador, Hospital Roberto Santos e Hospital Geral.

Poucos hospitais são construídos e a população crescendo em progressão geométrica é o que nós vemos. Todos os deputados e deputadas aqui sabem perfeitamente, porque todos temos amigos nos procurando para fazer aquilo que não é o nosso papel, para conseguir uma UTI, para conseguir um internamento, o que é vergonhoso para pessoas que pagam impostos, em UTIs superlotadas, com os médicos escolhendo quem vai morrer primeiro, porque não tem vaga nenhuma nos

hospitais, deputado Waldenor.

Eu digo isso porque ontem à noite mesmo, faço questão de frisar, caro Líder Waldenor, não é a situação desse governo, que eu tenho certeza está se preocupando em tentar resolver com o projeto e a construção do Hospital do Subúrbio, o Hospital da Criança em Feira de Santana, o término do Hospital de Santo Antônio de Jesus, o Hospital de Irecê, o Hospital de Juazeiro, porque não é possível que as pessoas que precisam de um tratamento mais avançado dirijam-se - muitas morrem antes nessas estradas porque a maioria não presta - aos hospitais para ficar na fila da morte, principalmente do Roberto Santos e do Hospital Geral.

Digo isso porque ontem à noite tive de ir ao Hospital Roberto Santos para tentar internar o seu pai, prefeito Edmundo, de Igrapiúna, com 96 anos. Ele teve um derrame. Foi a maior humilhação. Sabemos perfeitamente que os médicos não podem fazer milagres. A questão é de estrutura. Não existem vagas para atender a demanda hoje nos hospitais.

Sabemos também, e faço questão de frisar, que é um problema que já vem de outros governos. Mas é inadmissível, deputado Heraldo, que este País tão rico, onde falta tanta coisa em tantas áreas, exatamente na área principal, porque se trata da vida do ser humano...

O Sr. Elmar Nascimento:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Com a sua tolerância, caro presidente, para encerrar, vou dar um aparte ao deputado Elmar.

O Sr. Elmar Nascimento:- Apenas para concordar com V.Ex^a no seu pronunciamento e dizer que Senhor do Bonfim vem sendo governada pelo PT há muito tempo. É prefeito do PT, é governador do PT, é presidente do PT, e não se resolve a situação. Aliás, depois da passagem desse Solla pelo Estado da Bahia, terá de haver uns 10 governos para recuperar a situação crítica da área da saúde pública estadual.

E mais: depois que passaram pela Prefeitura de Salvador, mesmo com a competente administração do Dr. José Carlos Brito, que já mostrou que mudou com a inauguração do Centro de Prevenção de Saúde Pública, o maior investimento na saúde pública nesta capital nos últimos 20 anos... Desde anteontem já mudou, saindo das mãos do PT para as do Dr. José Carlos Brito. A coisa mudou completamente.

Mas sobre o secretário estadual da Saúde, ontem o ministro José Gomes Temporão disse que a culpa pela instalação da dengue na Bahia era do Sr. Solla. A culpa é do Estado e dos prefeitos, porque o Ministério da Saúde alertou para o problema da dengue.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Para concluir, deputado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Quero dizer que depois de Solla vai precisar de uns 40 anos para recuperar a saúde pública no Estado da Bahia.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Para concluir, Sr. Presidente.

É um assunto triste. Infelizmente o tempo é só de 5 minutos. Vou deixar para em nova oportunidade fazer mais comentários sobre este gravíssimo tema, a saúde

pública, tanto no nosso País como no nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao representante do PSB para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre Líder do governo, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores públicos do Estado da Bahia presentes às Galerias Paulo Jackson, na próxima semana estaremos colocando novamente em pauta a discussão e apreciação do projeto que cria a CGE, Controladoria-Geral do Estado.

Temos afirmado desta tribuna em diversas oportunidades que o governo Jaques Wagner tem muitos desafios, enormes desafios na perspectiva da construção de uma Bahia mais justa, mais próspera, mais igualitária. E fazemos tais afirmações tendo em vista o diagnóstico, a caracterização da nossa Bahia, que continua convivendo com esta dura realidade, esta dura contradição de ser um Estado rico, relativamente rico, e infelizmente ainda conviver com os piores indicadores sociais do Brasil.

E também vimos afirmando - não vou tratar da questão neste meu pronunciamento - que o nosso governo tem se empenhado, se esforçado muito na realização de importantes investimentos para reverter esses indicadores perversos, nocivos que, infelizmente, têm repercutido negativamente na qualidade de vida do povo da Bahia.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais do que reverter a realidade social, o nosso governo tem a firme determinação de inaugurar na Bahia uma nova forma de fazer política pautada nos princípios da transparência, da democracia, da participação popular. O nosso Estado, infelizmente, conviveu por várias décadas com um modelo político que abafou as vozes, as tantas vozes do povo da Bahia. O Estado da Bahia viveu um período em que o modelo político foi considerado autoritário, antidemocrático, que cerceou direitos e liberdades do nosso povo.

O Governo Jaques Wagner, portanto, é eleito, consagra-se com a firme determinação de inaugurar, de implementar no nosso Estado uma nova forma de fazer política. Tem como princípios fundamentais os princípios republicanos que permitem ao nosso povo o exercício da democracia, da participação popular, o direito de acesso às informações, às contas públicas, o acompanhamento dos gastos da administração pública.

Faço essa introdução para destacar a importância da apreciação, da discussão, da aprovação e da implementação desse órgão proposto pelo Governo Jaques Wagner. A CGE – Controladoria Geral do Estado, é um órgão do ponto de vista hierárquico, vinculado, subordinado ao governador do Estado, que terá como finalidade promover,

executar e coordenar as atividades de controle interno dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Quando da apresentação do projeto, num primeiro momento, nesta Casa, vários parlamentares e lideranças de diferentes blocos e bancadas que compõem este Poder Legislativo apresentaram suas preocupações, seus receios a respeito do objetivo principal desse órgão. Apresentou como receio principal, como preocupação maior a possibilidade de a Controladoria Geral do Estado da Bahia, uma vez criada, imiscuir-se em questões que são de responsabilidade de outros órgãos já instalados e constituídos, a exemplo do Tribunal de Contas dos Municípios. Vários parlamentares da Situação e da Oposição revelaram seus cuidados a respeito do objetivo central, das finalidades ou dos propósitos da Controladoria de tal forma que não permitisse que esse órgão pudesse estar se imiscuindo em questões que não fossem constitucionalmente respaldadas.

Por isso a Liderança do governo, reconhecendo a procedência de algumas das várias inquietações dos parlamentares, abriu, promoveu o mais amplo debate, a mais ampla discussão a respeito da constituição dessa Controladoria, realizando, inclusive, audiência públicas promovidas pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, que ouviu o Ministério Público, o Tribunal de Contas do Estado, o Tribunal de Contas dos Municípios, OAB dentre outras várias organizações vinculadas a essa temática e acolheu... O governo, a Liderança do governo está acolhendo uma série de emendas de parlamentares tanto da Situação quanto da Oposição na perspectiva de adequar a constituição dessa Controladoria aos objetivos para os quais, de fato, ela deva ser criada e instalada.

Portanto, dentre as várias questões que foram levantadas, queríamos assegurar às Bancadas da Situação e da Oposição que, no artigo 9º do projeto de lei que será apreciado por esta Casa na próxima terça-feira - asseguramos isso com a mais plena transparência -, (Lê) *“A Coordenadoria de Auditoria Pública e de Fiscalização de Programas Governamentais tem por finalidade executar as atividades de auditoria sobre a gestão dos recursos públicos e responsabilidade do Estado, nos órgãos e entidades públicos e privados, bem como fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo, o cumprimento de acordos, convênios e contratos firmados pelo Estado quanto à execução das metas, dos objetivos estabelecidos e da sua correta execução orçamentária”*.

E incluímos no artigo 9º o parágrafo único que dá segurança e tranquilidade a todos os parlamentares que a Controladoria só acompanhará recursos mediante convênio do Estado com os municípios ou transferências de recursos da União que também envolvam o Estado da Bahia. Ou seja, segundo o parágrafo único, Dr. Pedro Alcântara que me ouve com atenção. (Lê):- *“Ficam ressalvadas da atuação da Coordenadoria de Auditoria Pública e de Fiscalização de Programas Governamentais as contas e contabilidades das receitas próprias e as transferências constitucionais dos Municípios contidas nos artigos 158 da Constituição Federal e 153 da Constituição Estadual.”*

Portanto os recursos oriundos...

O Sr. Presidente (Júnior Magalhães):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Para concluir, nobre deputado, com sua tolerância.

(...) de transferência do FPM – Fundo de Participação dos Municípios -, do ICMS e outras transferências constitucionais que são diretamente vinculadas União-Município, a Controladoria não fiscalizará, não exercerá nenhum controle sobre essas contas. Recursos próprios dos municípios, isso também não cabe à controladoria exercer qualquer fiscalização, qualquer controle.

Quero assegurar aos colegas deputados e deputadas desta Casa que várias emendas foram acolhidas. Vou, inclusive, promover uma reunião convidando parlamentares das duas Bancadas para a apresentação das emendas possíveis de serem adequadas ao projeto de tal maneira que, na próxima terça-feira, possamos aqui apreciar, votar e aprovar esse órgão que representa uma das importantes iniciativas do nosso governo na perspectiva de dar transparência às contas públicas e permitir o devido controle e fiscalização dos gastos governamentais como assim preceituam e defendem as Constituições brasileira e baiana.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. são essas as minhas considerações.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Júnior Magalhães):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou do PTN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Falarão por 05 minutos cada, o deputado João Carlos Bacelar e eu.

O Sr. Presidente (Júnior Magalhães):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo até 5 minutos. Antes, porém, gostaria de convidar o deputado Professor Valdeci para ocupar o lugar da deputada Eliana Boaventura porque ela vai se ausentar da Mesa neste momento.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o governo Wagner vive, talvez, o seu pior momento. A bem da verdade, o governo Wagner ainda não teve um momento positivo, a não ser na propaganda, nos cartazes, no discurso. Mas este, Líder, é o pior momento que o governo vive, triste para a Bahia. E o governador passeando na Venezuela, segundo dizem, por sugestão do Secretário Domingos Leonelli. E o turismo em crise! Salvador perde posição como porta de entrada de turistas do Nordeste. O aeroporto de Recife hoje é o maior aeroporto do Nordeste, o aeroporto de Porto Alegre toma a posição do aeroporto de Salvador como terceira porta de entrada de turistas estrangeiros no Brasil. E Wagner na Venezuela, talvez para convencer os venezuelanos a visitarem a Bahia e assim Salvador retomar a sua posição. Só se nas medidas ditatoriais de Hugo Chávez estiver incluída a obrigatoriedade de visitar a Bahia para melhorar a posição do governo Wagner no que diz respeito ao turismo.

A educação em crise! Não tem aulas na rede estadual e ninguém toma uma providência. Cadê a Comissão de Educação desta Casa? Hoje, dia 17 de março, em

qualquer unidade da rede estadual de Salvador não tem a carga completa. O Colégio Estadual Getúlio Vargas, na Liberdade, até agora, terceira semana de aula, só teve aula de português. As turmas são mandadas de volta para casa às 13, 14 horas. É uma irresponsabilidade total!

Na saúde, 25 pessoas morreram de dengue; na segurança, 12 pessoas mortas no final de semana. Um delegado de polícia é ameaçado de morte pelo crime. Está aí a situação do delegado Magalhães, em Itaparica. Um jovem é morto no trajeto entre a sua prisão e a custódia. Numa delegacia um jovem é morto. E o governador Jaques Wagner passeando e fazendo turismo na Venezuela. Viaja numa hora de crise na economia: crise no Polo Petroquímico de Camaçari, empresas fechando no Polo Petroquímico e o Polo caminha a passos acelerados para se tornar um cemitério de indústrias. E o governador não se pronuncia.

Agora, o Supremo está decidindo a questão da importação de pneus usados. O Polo Petroquímico de Camaçari tem duas fábricas de pneus e o governador Wagner não está nem aí, como bem disse o deputado Elmar, tomando aulas de fascismo com Hugo Chávez, na Venezuela.

Falta de planejamento. Nos últimos 30 anos, todos os grandes projetos da Bahia passaram pela Secretaria de Planejamento, ou seja, da construção do Centro Administrativo passando pela construção da Paralela, passando pela implantação do Polo Petroquímico. Houve o projeto da Caraíba Metais, o projeto da Ford, o projeto da Celulose no Extremo Sul. Em suma, todos os grandes projetos passaram pela Secretaria de Planejamento.

No governo Wagner houve ou há um secretário que foi desmoralizado várias vezes. Agora, é entregue a secretaria a um grande deputado, um dos melhores deputados do Brasil, mas não é técnico em planejamento. Não sabe que direção daria se o governador não está satisfeito com a Dr^a Eva nem com o Sr. Rui Costa, então, demitisse a Dr^a Eva e demitisse o Dr. Rui Costa e não criasse mais instabilidade no governo ao trazer o deputado Walter Pinheiro para, em outra secretaria, assumir as funções que nem a Dr^a Eva e o Dr. Rui Costa conseguem desempenhar.

É este, infelizmente, o quadro de governo que, além de medíocre, tem caminhado para se tornar ridículo. E o melhor exemplo do ridículo deste governo é inoportuna viagem que o governador faz neste momento à Venezuela.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o deputado Zé Nunes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, assisti, atentamente, ao discurso do nobre deputado João Bacelar que discorreu sobre parte da economia de nosso Estado que, na verdade, muito deixa a desejar. Vejamos, por exemplo, nobre deputado Heraldo Rocha, esta mudança repentina do secretário do Planejamento, que vinha conduzindo, segundo o pessoal da Bancada do Governo, com muita decência, competência e comprometimento. De repente, muda-se o secretário do Planejamento, porque o Estado resolveu, certamente, planejar melhor as

suas atividades orçamentárias.

Isso certamente remete à crise mundial que chegou também, infelizmente, ao nosso Estado. É preciso planejar, porque a história que corria nos jornais e de boca a boca era a de que o governo do Estado fechou o exercício de 2008 com quase dois bilhões em caixa. De repente, os dois bilhões desapareceram. E já existe uma história, nobre deputado Heraldo Rocha, de que o governo, no mês passado, teve de recorrer a terceiros, a bancos ou à Caixa de Previdência para tomar 70 bilhões para complementação da folha de pagamento dos servidores do Estado.

Se efetivamente tal fato aconteceu, começou o desastre financeiro e econômico em nosso Estado. Eu não posso acreditar que isso tenha acontecido, mas vamos fazer uma pesquisa para ver se, realmente, isso existe.

Quero, nesta oportunidade, fazer uma crítica ao governo federal que está fazendo do dinheiro público, destinado a estados municípios, uma farra, deputado Pedro Alcântara. É importante que a indústria automobilística continue vendendo seus automóveis e gerando emprego e renda, mas não pode o governo Lula querer fazer cortesia com o chapéu dos outros, porque no momento em que o governo renuncia ao IPI dos automóveis também está renunciando a uma fatia que seria destinada aos estados e municípios. Sabemos, perfeitamente, que o bolo de arrecadação do FPM é formado pelo IPI e pelo Imposto de Renda.

Portanto, no momento em que o governo resolve isentar as montadoras do IPI, ele está diretamente atingindo os cofres dos estados e dos municípios. A isso é o que chamamos fazer cortesia com o chapéu dos outros. Não podemos admitir que, no momento de crise econômica mundial que também chega ao Brasil, o governo federal possa querer tirar recursos dos estados e dos municípios, porque, na verdade, isso é improdutivo até porque começa a gerar grandes problemas também nas células que alimentam este País : os municípios.

De sorte que eu, nobre deputado João Bacelar, fico muito triste, pois sabemos perfeitamente que os municípios, principalmente os pequenos do Brasil, são aqueles que mais sofrem para administrar os seus municípios. E, aí, vem o governo federal e arranca o recurso que seria destinado a esses municípios através do IPI dos automóveis.

Portanto, essa é uma prática inadmissível, até porque, neste País, já há muito tempo, não começou agora, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, se vê a prática de criar contribuições que não são repartidas entre os estados e municípios. Na hora de mexer com o dinheiro, não querem mexer nas contribuições, não querem mexer no PIS, no Cofins e em outras contribuições da União e resolvem mexer no IPI e no Imposto de Renda, que na verdade são destinados aos estados e municípios.

Isso é uma falta de respeito, principalmente para com os pequenos municípios, que neste momento já estão experimentando uma falta de caixa muito grande, e isso vai ter reflexo, certamente, na geração de emprego e renda, porque os municípios não aguentam mais, os prefeitos já pensam em demitir, porque hoje já passa da parte constitucional, de mais de 60% a folha de pagamento desses pequenos e médios municípios.

De forma, nobre presidente, Srs. Deputados, eu quero deixar o meu protesto aqui, pela maneira como o presidente Lula vem agindo com os pequenos e médios municípios de nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar, PDT/PSC/PRP, para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre deputado Pedro Alcântara. Antes, gostaria de convidar a deputada Maria Luiza Laudano para presidir a sessão.

Com a palavra o deputado Pedro Alcântara, pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, todas as comissões desta Casa, meu caro Líder da Minoria, já estão instaladas, as últimas, o procedimento das suas instalações aconteceu há pouco. A Casa já está na harmonia desejada, todos situados para os embates, para defender as suas teses. Portanto, estamos em condição do funcionamento, na plenitude, desta Casa.

Tivemos oportunidade de votar alguns projetos hoje, mas por entendimento da maioria esmagadora desta Casa, esses projetos ficaram para a próxima terça-feira.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trago a esta Casa, neste momento, uma preocupação enorme para a economia do nosso País e do nosso Estado, a questão da pré-falência da fruticultura do Vale do São Francisco. Estão previstos e já estão contabilizados mais de 300 milhões de prejuízo na fruticultura do dipolo Juazeiro, Petrolina e adjacências, e mais de 10 mil desempregados no setor.

Houve, recentemente, por ação do governo da Bahia, Jaques Wagner, e do governo de Pernambuco, Eduardo Campos, reuniões com as câmaras de fruticultura de Petrolina, Juazeiro e adjacências, juntamente com os Bancos do Nordeste e do Brasil, para novos investimentos e financiamentos para a agricultura irrigada, sob pena do colapso total da fruticultura, que hoje é a grande alavanca da economia do nosso Estado, com uma contribuição muito grande.

Nós temos em Juazeiro o maior entreposto da Ceasa do Norte e Nordeste do Brasil, com a circulação em torno de 500 milhões de reais naquele entreposto, que é o maior centro de comércio especializado de fruticultura do Nordeste do nosso País e, se o Banco do Brasil não honrar os compromissos firmados ali,...

Primeiro, vieram com a desculpa, Sr. Presidente, imprensa, Srs. Deputados, que precisava de uma resolução do Ministério da Fazenda para que o Banco do Brasil tivesse a autonomia de honrar os compromissos ali firmados com as duas câmaras de fruticultura. O Banco do Nordeste, sim, chegou no momento oportuno, chegou junto, honrou todos os seus compromissos, mas até agora o Banco do Brasil não honrou aqueles compromissos, salvo engano, de ontem à noite para hoje. Se tiver, retiro o

que estou colocando.

Mas, quero cobrar que não há necessidade de portaria nenhuma do Ministério da Fazenda, porque o presidente da Câmara de Fruticultura, Dr. Ivan, esteve em Brasília. O Banco do Brasil tem autonomia suficiente para renegociar, agora, as dívidas daqueles que precisam de remanejamento de solo e de investimento para preparar a safra de uva. Sob pena, caros colegas deputados e deputadas, de ficar irreversível a crise da fruticultura da nossa região.

Quando eu me posiciono nesta Casa – e não é de agora, sempre agi assim – em relação ao investimento fabuloso de bilhões de reais na transposição do São Francisco, é porque conheço o estado de abandono em que ele se encontra. E não estou falando de saneamento ou de abastecimento de água, mas da sobrevivência da fruticultura na nossa região.

Estamos, como disse, com todas as comissões funcionando nesta Casa, entre elas a Especial do São Francisco, que é presidida pelo deputado Elmar Nascimento. Fazemos parte dela – até porque foi criada a partir de um projeto nosso – e pretendemos mostrar ao Brasil e à Bahia que é uma balela a revitalização do São Francisco; vamos mostrar que existe, sim, apenas a transposição. Só Deus sabe o que o senador Jarbas Vasconcelos quis dizer quando afirmou que o PMDB não tem condições de tocar um projeto dessa monta, com um volume tão grande de recursos. Não sou eu que estou dizendo, foi o senador Jarbas Vasconcelos, que já foi duas vezes governador de Pernambuco e duas vezes prefeito de Recife.

Então, vamos propor na Comissão Especial do São Francisco – já entramos em entendimento neste sentido – que façamos a caravana do São Francisco, que estamos pensando em colocar o nome de um grande batalhador e lutador pela preservação do rio, Zé Teodomiro, falecido há 4 ou 5 anos, que sempre deu apoio a esta Casa nesta luta. Vamos convidar a *TV Assembleia* para nos acompanhar e fazer um documentário sobre o São Francisco.

Está projetada uma viagem de 13 dias no mês de julho, numa barca que vai sair de Carinhanha até Juazeiro. Vamos fazer audiências públicas em todas as Câmaras das cidades importantes do Rio São Francisco, e depois traremos a esta Casa um documentário imparcial, no qual vamos colocar deputados da Oposição, da Situação e da Comissão Especial do São Francisco, o Ministério Público e ONGs que tratam da preservação do meio ambiente, principalmente das águas do nosso País, para mostrar que o São Francisco está na UTI.

Esse rio precisa de socorro imediato, Sr. Presidente, deputado Professor Valdeci, que deve conhecer muito bem a situação e deverá participar dessa missão também, porque até o presente momento só temos empresas estatais para depredá-lo. É o caso da CHESF, que, com essas inúmeras barragens para produzir energia, provocou um impacto ambiental muito forte nas margens do rio. Por outro lado, a Codevasf retira água para irrigação e polui o rio.

Além disso, a maioria das cidades às margens do São Francisco não tem saneamento. Então, ele está sofrendo uma ação predatória gigantesca. Se não ocorrer um ação imediata com a criação de uma empresa para tratar da vida do rio, daqui a 3

décadas só vamos ouvir falar que existiu o São Francisco. E lembremos de que aquele rio é a grande artéria que irriga toda a economia do Semi-Árido baiano, as riquezas são geradas lá. Se esse rio desaparecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos comprometer milhares de pessoas que sobrevivem nas suas margens.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a primeira proposta para a Comissão Especial do São Francisco é a de fazermos um documentário para mostrar ao Brasil e à Bahia a situação agonizante do maior patrimônio que temos na nossa região, que é o Rio São Francisco.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Retornarei a este assunto, provavelmente, ainda nesta semana ou na próxima. Mas já quero cobrar do Banco do Brasil uma ação imediata, chamando os produtores da fruticultura do Vale do São Francisco, em especial do dipolo Juazeiro e Petrolina – falo também em nome de Petrolina porque participamos de reuniões conjuntas –, para negociar. E assim eles possam investir na produção da uva.

Dentro em breve, vamos ter a Feira Nacional da Agricultura Irrigada em Juazeiro, já no mês de julho, evento que tem uma repercussão nacional e internacional. Sempre foi uma feira forte, mas para isso é preciso um produtor alimentado, forte o suficiente para tocar projetos importantes para o desenvolvimento da economia e a geração de emprego na nossa região.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder do PR para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de oito minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Para a honra do Partido da República, nesta Casa, indicamos, por todo o tempo, o deputado Paulo Rangel.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel, por apenas 8 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^s Deputadas, neste momento, aproveito o ensejo para me posicionar também com relação a este grande tema, que é a revitalização do rio São Francisco, o qual abrange até alguns aspectos de natureza social que precisam sempre estar sendo debatidos nesta Casa.

É do conhecimento de todos aqui que, muito embora seja do partido que tem o Presidente da República e o nosso governador, sempre me posicionei, com muita preocupação, com relação à transposição das águas do rio São Francisco.

Ainda na semana passada, estive em São Paulo e, de lá, fui até o Rio de Janeiro participar de uma discussão sobre a necessidade de se misturar a matriz energética do Nordeste. Temos uma matriz composta por 90% de origem hídrica, o que faz com que essa região, que é uma das mais áridas do nosso País, tenha praticamente 80% das águas do rio São Francisco e do rio Parnaíba voltadas para a produção de energia elétrica.

O que me preocupa é que a transposição das águas do rio São Francisco, neste momento, vem sendo tocada, e, além do processo de revitalização, que tem sido,

diga-se de passagem, muito lento, sobre qualquer tipo de contrapartida, principalmente para a região do São Francisco. O incrível, deputado Valdeci, é que, quando falamos de transposição das águas do São Francisco – e queria chamar a atenção para isso –, essa transposição já existe há bastante tempo, deputado Pedro Alcântara, através das linhas de transmissão da CHESF. A verdade é que as águas do referido rio, a cada dia, se tornam mais escassas para outras finalidades, e, dessa forma, isso vai atrapalhar qualquer projeto de desenvolvimento sustentável para a região do São Francisco.

Quando passamos a discutir energia alternativa, tipo a eólica, e até a necessidade de misturarmos a matriz – e achamos que temos que nos debruçar, verdadeiramente, sobre o assunto da energia nuclear –, notamos que as discussões não avançam e, quando isso ocorre, elas não são atreladas à necessidade de liberação das águas do São Francisco para outras finalidades.

E não vemos como se trabalhar qualquer projeto de desenvolvimento para a região do São Francisco que não passe pela discussão das águas do São Francisco.

Lembro, inclusive, que cerca de seis anos atrás, alguns técnicos da Chesf, reunidos, entendiam que deveríamos trabalhar um projeto semelhante ao projeto da TVA, nos Estados Unidos, onde 80% da arrecadação são investidos na região.

Isso não acontece no Nordeste. A Chesf hoje, por exemplo, fechou seu balanço com o lucro líquido de mais de 1 bilhão e 200 mil de reais, e não existe nenhum planejamento sobre que quantia vai ser investida no vale para o seu desenvolvimento. O que é revertido para o vale vai para a transposição.

Acho que nós, ribeirinhos, nós, da Bahia, que é o Estado mais banhado pelo Rio São Francisco, precisamos, urgentemente, retomar esse tema.

O Sr. Pedro Alcântara:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Um aparte para o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Paulo Rangel, quero parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento que faz neste momento. Não poderia ser diferente, sei que V.Ex^a, independentemente de qualquer questão de coloração partidária, como colocou no início do pronunciamento, é um amante do Rio São Francisco e daquela região, como também o sou.

Então, proponho a V.Ex^a um fortalecimento da Comissão Especial do São Francisco. Vamos puxar esse debate, porque ele volta à tona fortemente, e depois para. Não há uma sequência para colocarmos questões importantes, como o saldo positivo de mais de 1 bilhão de reais da Chesf, que não tem planejamento de aplicação para revitalização e recuperação no rio, por menor que seja.

Há pouco, uma das taquígrafas, após o meu pronunciamento, veio me abordar para dizer: “Eu sou de Riacho de Santana, e lá foi construído um mercado cujo esgoto cai no rio. Hoje, não posso nem colocar meus pés no rio em que eu tomava banho quando menina.”

É uma coisa de importância fundamental que está sendo minimizada, deputado. E tenho consciência da importância das colocações que V.Ex^a está fazendo neste momento. Temos a responsabilidade de representar aquela região, e acho que

esse debate tem que frutificar aqui nesta Casa e ser fortalecido. Me coloco à disposição de V.Ex^a para colaborar, e tenho certeza de que a recíproca é verdadeira.

Esta Casa não vai se furtar de transformar a Comissão Especial do São Francisco num grande fórum de debate das questões relativas ao patrimônio maior da nossa região, que é o Velho Chico.

Muito obrigado pelo aparte que me concedeu.

O Sr. PAULO RANGEL:- Agradeço ao aparte de V.Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento. Portanto, deputado Pedro, quando coloco isso, inclusive, neste momento, aproveito as colocações que foram feitas por V.Ex^a, trago aqui uma preocupação por ter participado de um debate no Rio de Janeiro, semana passada, e não ter visto essa preocupação em discussão. Infelizmente, creio que essa preocupação, praticamente, inexistente.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente, agradeço a V.Ex^a pelo tempo a mais que levei aqui ao microfone.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB-PCdoB-PSL-PTB para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr^a Presidente, falará por todo o tempo o deputado Isaac Cunha.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre deputado Isaac Cunha pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. ISAAC CUNHA:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores presentes às Galerias, cara presidente, volto a esta tribuna para levantar alguns temas importantes para a sociedade, os quais devemos discutir, debater. Gostaria, apesar de o deputado não estar presente neste momento, de parabenizar o deputado João Carlos Bacelar por assumir a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública. Como disse a ele, na formação da Comissão, que ela não só tem o papel de tratar da segurança, mas também de tratar dos direitos humanos de forma correta, discutida, debatida com a sociedade e com o Estado.

Quando você primeiro discute os problemas sociais e busca soluções para esses problemas, não teremos o da falta de segurança, até porque, quando se fala em segurança subentende-se no geral de que está se matando, se roubando e morrendo pessoas. Não é só isso, segurança começa por nós.

A segurança começa pelas suas ações. E é muito simples: ao sair de sua casa você tem o dever de cuidar da segurança familiar, de olhar para onde está indo, quem está na sua frente e ter cuidado, porque muitas coisas acontecem pela falta de atenção do dia a dia e, o stresse às vezes nos deixa despercebido. Mas você pode começar, fazendo a sua própria segurança.

Quero dizer ao deputado João Carlos Bacelar que ele tem um papel importante nessa comissão, junto com seus pares, de discutir os problemas sociais para que a questão da segurança seja combatida e realizada, para que não haja esse

desvio de conduta. E aí quero parabenizar, neste momento, o governador do Estado da Bahia que, juntamente com a Setre criou o projeto Juventude Cidadã, que visa tratar dessa questão.

Quando nós capacitamos jovens que estão fora do mercado de trabalho, inserindo-os na sociedade, já estamos minimizado a questão da desconfiança, da segurança e da violência em nosso Estado.

Mas tem outra temática que precisamos discutir nesta Casa, que é a questão do combate às drogas. A violência hoje tem se multiplicado, primeiro porque existe no mercado aqueles que proliferam o uso da droga, e esse tráfico tem que ser combatido para que a segurança no nosso Estado seja estabelecida.

Então vamos discutir a questão do combate às drogas, nesta Casa, nas comissões, trabalhar para que as drogas não se proliferem em nossas casas e na sociedade. Então, Sr^a Presidenta, Srs. Deputados, vamos discutir o combate ao tráfico da violência e das drogas para que possamos ter um Estado mais seguro e tranquilo.

Eu gostaria de trazer para esta Casa outro tema importante, mas antes de falar dele, gostaria de dizer que teremos no nosso governo um homem que tem provado, nacionalmente, a importância desse Legislativo, do Congresso, o companheiro, deputado Walter Pinheiro. Ele foi convocado a contribuir com o nosso Estado numa pasta de suma importância. E graças a competência desse companheiro, conduzirá a pasta de Planejamento do governo do Estado.

Então, não admito que nesta Casa ninguém levante a voz contra a participação do deputado Walter Pinheiro na condução do governo do Estado da Bahia. Se ele está sendo convocado, senhores e senhoras, é porque é um homem que tem a competência para dinamizar, para complementar aquilo que o que está saindo deixou, para que fortaleça o nosso governo com um homem da estirpe do nosso companheiro Walter Pinheiro. Então é muito importante, o companheiro está de parabéns por ter sido convocado nesta Casa, ele ainda tem muito a contribuir no governo do Estado da Bahia e, principalmente, agora, ao assumir a Secretaria de Planejamento do Estado.

Importante tema que me chama a atenção e que está sendo comemorado na Casa, na Câmara de Vereadores, um chamado feito pelo companheiro Gilmar Santiago, que é a questão da água. Se você faz a defesa da água, está indo em defesa da vida. Então é muito importante essa temática: defender a água, defender os recursos hídricos, os mananciais, é de fundamental importância para o cidadão, para a nossa vida neste planeta. Todos já ouviram falar do efeito estufa, do calor. Isto está atrapalhando. Vocês sabem que o progresso é importante em qualquer circunstância, mas em função dele a nossa água não pode ser ceifada, não pode ser banida.

O progresso está chegando a Jequié, com a presença da Ferro-Bahia, mas o advento do progresso trará muitos problemas sociais. Muitas questões de ordem social podem estar agravando a vida da comunidade e com ela vem a questão da água. Lá existem mananciais de suma importância para a sobrevivência dos nossos produtores, e a extensão daquela fábrica até Jequié trará benefício e prejuízo para o nosso município.

Para concluir, Sra. Deputada, Em nossa região há um distrito chamado Maitá

onde existem indícios da presença de ferro e cujos produtores estão vivendo da agricultura e da exploração desse metal, tal fato nos faz supor que poderemos perder aquele manancial de suma importância, o que sobra da Mata Atlântica em nosso município.

Então, vamos dar um grito de alerta à comunidade, para que comece a discutir a questão da água, dos mananciais e dos recursos hídricos, pois a Bahia é rica, mas não podemos perder de vista o fato de que com o advento do progresso poderemos estar perdendo vários mananciais de nosso Estado. Precisamos cuidar com zelo da água que ainda resta no Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar, PT, PNN, PRTB para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, o deputado Leur Lomanto falará pelo tempo de 5 minutos e eu falarei pelo tempo de 4 minutos.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr^a Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, volto mais uma vez a esta tribuna, eu que já estive nela tratando deste assunto algumas vezes, preocupado com a situação de violência em que se encontra ainda a Ilha de Itaparica. Eu que fui o deputado mais votado da cidade de Itaparica, meu querido amigo, deputado Bira Coroa, estive algumas vezes aqui, relatando a situação, não da violência, mas a situação econômica da ilha, que tem dificuldades em diversas áreas: segurança, saúde, investimentos, e a falta de emprego é uma realidade no município.

Diversos assassinatos aconteceram no decorrer dos últimos anos. No ano passado, Itaparica tornou-se manchete em diversos jornais do mundo. Com uma repercussão muito ruim para o município, que necessita do turismo para sua sobrevivência.

O último acontecimento foi noticiado amplamente pelos jornais: o assassinato do velejador cujo barco se encontrava ancorado na marina de Itaparica. Esse fato nos causou uma preocupação muito grande. Inclusive, o nosso governador Jaques Wagner esteve com o prefeito do município, Vicente, que tomou posse neste ano, assumindo os destinos de Itaparica, e de imediato enviou um delegado conhecido por sua maneira combativa e atuante de combater o crime organizado. O delegado Magalhães assumiu a delegacia de Itaparica e já começou a mostrar serviço, descobrindo criminosos no município.

Neste final de semana, para se ter uma ideia até onde chegamos, deputado Ferreira Ottomar, bandidos invadiram o convento onde supostamente estaria morando o delegado Magalhães, para o assassinar. A que ponto chegamos!

Eu, que veraneio em Itaparica há mais de 30 anos, desde que nasci,

praticamente, tenho preocupação com a cidade, com os habitantes da cidade.

O delegado Magalhães não é super-homem, meu caro Bira. Ele sozinho não tem condições de resolver o problema da falta de segurança do município. É preciso dar-lhe condições para que possa resolver.

Por isso que venho, mais uma vez, a esta tribuna, para que depois não venhamos aqui lamentar por mais uma pessoa assassinada, pois lá aportam todo mês veleiros de diversas partes do mundo.

Estive hoje com a secretária de Turismo de Itaparica, Cláudia Gordilho, que relatou as dificuldades que vem enfrentando, bem como o Município de Itaparica, em relação à administração da marina local. São diversas dificuldades devido à falta de recursos financeiros da prefeitura.

Eu quero destacar a secretária, juntamente com o prefeito Vicente. Eles já estiveram com o secretário Domingos Leonelli, que demonstrou uma atenção muito grande, uma disposição de ajudar a resolver os problemas da marina de Itaparica, que são diversos, desde a falta de infraestrutura à falta de pessoal.

Eu venho, mais uma vez, reiterar esse pedido ao secretário Domingos Leonelli e ao nosso governador Jaques Wagner. Eu sei da boa vontade do nosso governador, mas precisamos ter uma atenção especial pois Itaparica vem sofrendo, nos últimos anos, com a falta de investimentos.

E nós, que temos a beleza da Baía de Todos os Santos, um dos cartões postais mais bonitos do mundo, não queremos ver Itaparica como manchete em razão da criminalidade e da falta de segurança, mas sim como manchete duma das maiores baías do mundo, que, tenho certeza, tem a sua sobrevivência no seu potencial turístico.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente. Muito obrigado pela atenção de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 4 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente e demais presentes aqui, neste momento eu gostaria de falar sobre um projeto de lei do Judiciário que tramita nesta Casa, o de nº 17.580/08. Ele foi debatido diversas vezes por nós e está colocado na Ordem do Dia em tramitação para ser discutido, apreciado. Quero mais uma vez manifestar a minha preocupação em relação a esta matéria em função das seguintes questões: primeiro, a essência dela é extinguir as Varas de Relações de Consumo, que foram elaboradas e constam na Lei de Organização Judiciária. Esta LOJ foi discutida amplamente com a sociedade, e, fruto desse debate, nela foi incluída a criação dessas Varas, portanto levando o tribunal para a questão da especialização, uma tendência hoje, assim como as Varas de Violência Doméstica e Familiar, etc.

Este projeto é extremamente polêmico. Mas entre os movimentos de defesa do consumidor, o movimento social, o movimento sindical e organizações formadas por juízes que estudam a questão da defesa do consumidor não há polêmica: OAB,

Ministério Público, movimento social, movimentos de defesa do consumidor, todos defendem as Varas de Relações de Consumo. No entanto o Tribunal de Justiça enviou para esta Casa um projeto extinguindo-as, e aí eu diria que a polêmica está entre parte do TJ e os movimentos social, sindical, de defesa do consumidor, a OAB, o MP, etc.

Fruto de um debate com esses movimentos, elaborei um documento e encaminhei-o ao desembargador Eserval Rocha, presidente da Comissão de Reforma da Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia, apontando uma solução que já tinha inclusive apresentado através de emendas.

Como resolver o problema das demandas de defesa do consumidor? É uma demanda reprimida. Nós apresentamos uma solução: a transformação das Varas Cíveis e Comerciais em Varas de Relações de Consumo. Esse documento, encaminhado ao presidente da Comissão de Reforma da Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia, o desembargador Eserval, foi colocado em discussão e aprovado por unanimidade pelo Colegiado. Resta agora ele ser discutido no Pleno do Tribunal de Justiça para que seja encaminhado à Assembléia Legislativa. Sendo encaminhado este novo projeto, resolve-se a polêmica. Então não serão extintas as Varas de Relações de Consumo, e o projeto que as extingue será retirado e virá um outro mantendo-as.

É assim que entende a Comissão de Reforma da Lei de Organização Judiciária, do próprio Tribunal de Justiça da Bahia, presidido pelo desembargador Eserval Rocha que participou, inclusive, de todas as negociações quando da elaboração da Lei de Organização Judiciária.

Portanto, queria parabenizar o desembargador Eserval Rocha por ter acatado essa decisão de não acabar com as Varas de Relação de Consumo, por ter colocado em discussão essa proposta do movimento de defesa do consumidor do Ministério Público, da OAB, por ter aprovado nesta Comissão as reivindicações e os anseios do movimento popular, social, de defesa do consumidor e, também, dos parlamentares desta Casa. Não houve um parlamentar nesta Casa, um sequer, que tenha se posicionado a favor da extinção, que tenha subido a esta tribuna para defender a extinção das Varas de Relação de Consumo.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Está aqui a própria presidenta que, sem dúvida alguma, defende essa manutenção, o deputado Bira Coroa e os deputados da Oposição também. Todos os deputados que se preanunciaram até aqui, e que eu próprio consultei, defendem a manutenção das Varas de Relação de Consumo. Portanto, o Tribunal precisa colocar isso em debate no Pleno para que possamos resolver esse impasse na Assembléia Legislativa da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o nobre Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Não há orador.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Não há orador.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr^a Presidenta.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Solicito a V.Ex^a uma verificação de quorum para continuidade da presente sessão.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- A Secretaria da Mesa informa a presença de 7 Srs. Deputados. Não havendo número legal, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*